

Órgão Oficial do Clube de Aeronáutica

Presidente:

Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Moacyr da Frota

1º Vice-Presidente:

Maj.-Brig.-do-Ar R1 Márcio Callafange

2º Vice-Presidente:

Cel.-Av. Ref. Antero Sergio Silva Correa

DEPARTAMENTOS:

Jurídico:

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Social:

Ten.-Cel.-Int. R1 José Pinto Cabral

Cultural:

Cel.-Av. R1 Araken Hipólito da Costa

Administrativo:

Cel.-Av. R1 Nylson de Queiroz Gardel

Financeiro:

Cel.-Int. R1 Marco Antônio Pereira Nogueira

Patrimonial:

Cap.-Adm. R1 Ivan Alves Moreira

Aerodesportivo:

Ten.-Cel.-Int. R1 José Augusto Santana de Oliveira

Beneficente:

Cel.-Av. R1 Nylson de Queiroz Gardel

Assessoria de Comunicação Social:

Cel.-Av. R1 Luis Mauro Ferreira Gomes

Assessoria de Informática:

Cel.-Av. Ref. Hartman Rudi Gohn

SUPERINTENDÊNCIAS:

Sede Social:

Brig.-do-Ar Cesar de Barros Perlingeiro

Sede da Barra da Tijuca:

Brig.-Eng. R1 Edison Martins

Sede Lacustre:

1º Ten. R1 Sebastião José Ferreira

Secretaria Geral:

Cap.-Adm. R1 Ivan Alves Moreira

CHICAER:

Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Moacyr da Frota

Endereço:

Praça Marechal Âncora, 15 - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20021-200 • Tel: (21) 2210-3212 • Fax: 2220-8444

Expediente do CAER:

Dias: 3ª a 6ª feira • Horário: 9h às 12h e de 13h às 17h

Sede da Barra da Tijuca: (21) 3325-2681

Sede Lacustre: (24) 2662-1049

Revista do Clube de Aeronáutica:

Tel./Fax: (21) 2220-3691

Diretor:

Cel.-Av. R1 Araken Hipólito da Costa

Jornalista Responsável:

J. Marcos Montebello

Gerente de Produção Editorial e Design Gráfico:

Rosana Guter Nogueira

Colaboração editoração eletrônica:

Kátia Regina Fonseca

Produção Gráfica:

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão:

Dirce Brízida

Conselho Editorial:

Presidente

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

Chefe do Departamento Cultural

Diretor Revista aeronáutica e Jornal Arauto

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

Editorial

“Confia em Deus, mas amarra teu camelo.”

Provérbio Judeu

É impossível decolar uma esquadrilha para cumprir uma missão sem que haja confiança mútua entre o líder e seus alas. A confiança é um sentimento profundo e vital. Abarca as intenções, as disposições da alma, as quais constituem o princípio interior de todas as ações.

É a base para as relações afetivas e de amizades, constitui o alicerce da família e propaga o progresso na sociedade. Todo ser necessita de autoconfiança para direcionar com sucesso sua vida.

Na perspectiva filosófica, o conhecimento é estruturado a partir da confiança na razão, através da qual o homem se abre à possibilidade de encontrar nos mecanismos específicos da racionalização um saber próprio e adequado sobre si e sobre aquilo que o rodeia. Na História da filosofia, evidencia-se sempre a questão de um conhecimento absoluto e definitivo, que transcenda às mudanças do tempo. Leibniz (1646-1716) chegou a postular a certeza matemática como tão absoluta que Deus só poderia ter criado um mundo tridimensional. Portanto, seria um conhecimento tão absoluto que o próprio Deus criador não o poderia alterar. Na pós-modernidade, com a racionalidade fragmentada, o discurso se converte numa crise de confiança na razão, o que compromete a busca de conhecimentos eternos ou absolutos.

Na perspectiva teológica, o homem se vê, muitas vezes, mergulhado num universo de relações passíveis de falibilidade. Contudo, os homens não poderiam viver juntos se não tivessem confiança recíproca, quer dizer, se não manifestassem “*verdade*” uns aos outros. Com efeito, o homem sabe que é ordenado, naturalmente, a sentir confiança, sem a qual não nos seria possível experimentar a verdade, alimento da alma. É preciso, portanto, perseverar a despeito das provações e ter esperança de chegar à meta pretendida. Mas confiar em quem?

Deus e somente Deus é a fonte de toda verdade. Nele, portanto, devemos depositar nossa confiança, pois tudo que provém de Sua plenitude está carregado de infalibilidade, da Verdade que transborda nossa sede de confiança. Cabe ao homem aderir à Verdade conhecida e ordenar sua vida segundo a exigência da mesma verdade.

Segundo o filósofo belga Jacques Lecleacq (1891-1971), “*confiar na vida é confiar em si mesmo; é confiar nas pessoas; é, sobretudo, confiar Naquele que disse: ‘Tende confiança! Eu venci o mundo!’*”.

Nesta primeira edição de 2006, a **Revista aeronáutica** confia na integridade e na determinação do Presidente do Clube de Aeronáutica para solucionar, neste ano, os graves problemas jurídicos herdados, com a certeza de alcançar um futuro auspicioso para nosso tradicional Clube de Aeronáutica.

Araken Hipólito da Costa – Cel.-Av. R1



Editorial **1**
Araken Hipólito da Costa - Cel.-Av. R1

3 **Eleição 2006**
Ten.-Brig.-do-Ar R1 Marcus Vinicius Pinto Costa
Presidente da CEPE

Aeronaves **4**
Aeronaves Armadas
Ten.-Brig.-do-Ar Fernando de Assis Martins Costa

8 **Jurisprudência**
A Perda de Posto e Patente
Ten.-Brig.-do-Ar Ref. Sergio Xavier Ferolla

Conjuntura **12**
Globalização, Educação e
Direitos Humanos
Manuel Cambeses Júnior - Cel.-Av. R1

14 **Visão Histórica**
O Liberalismo e o Estado Liberal
Maj.-Brig.-do-Ar Ref. Umberto de Campos Carvalho Netto

Fatos Indeléveis **17**
Major Cruz Machado - Professor da EPCAR
Attila A. Cruz Machado - Cel.-Méd. Ref.

18 **Exemplos Vividos**
Vencendo o Impossível
Aloysio Quadros - Pára-quedista. Pesquisador/historiador

Ponto de Vista **21**
Traição
Newton de Góes Orsini de Castro - Cel.-Av. Ref.

22 **Figuras Exponenciais**
Um Perfil do Fundador da
Imprensa Brasileira - Hipólito da Costa
Fernando Hippolyto da Costa - Cel.-Av. Ref.

26 **Enfoque**
DIGA NÃO à Orçamentação
de sua Contribuição
Maj.-Brig.-Méd. R1 - Dr. Ricardo Luiz de G. Germano

Saúde **28**
Um Novo Olhar sobre a Saúde Bucal
Izabel Cristina Cabral - Odontopediatra

30 **Comportamento**
Gerontologia Social -
O Segredo da Longa Vida
Josué de Castro - Médico, Professor e Escritor

Economia **32**
Petróleo: O Preço da Incerteza
Joel Mendes Rennó - Ex-Presidente da Petrobras (1992-1999)
e da Cia. Vale do Rio Doce (1978-1979)

36 **Flagrante da Vida Real**
A Busca da Aeronave Perdida
- Tranquilidade: mantê-la sempre!
Luiz Carlos Rodrigues - Cel.-Av. R1

Exegese **38**
Estado e Direito
Reis Friede - Desembargador Federal e Professor Adjunto da
Faculdade de Direito/UFRJ

Literatura **42**
Livros que Amei

44 **Homenagem**
O Pai da Aviação -
Alberto Santos-Dumont - 3ª Parte
Fernando Hippolyto da Costa - Cel.-Av. Ref.

46 **Nossa História**
Base Aérea de Santos
A Redação

Charge **48**
Ivo Batalha - Cel.-Av R1



C.Aer



ELEIÇÃO 2006

Às 10h do dia 17 de janeiro de 2006, reuniram-se, na sala do Conselho Deliberativo, os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal e da Diretoria do Clube de Aeronáutica, em cumprimento aos parágrafos 1º e 2º do Artigo 3º do Regimento Eleitoral, tendo na oportunidade estabelecido o seguinte Calendário para a Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Clube:

11/03/2006 – 90 dias antes das eleições – Apresentação da Relação dos Sócios Elegíveis e exposição para consulta na Secretaria Geral – **Competência: Presidente do Clube de Aeronáutica** – Amparo: Parágrafo único do Artigo 12 do Regimento Eleitoral.

31/03/2006 – 70 dias antes das eleições – Comparecimento de 2 (dois) Sócios Efetivos à Secretaria Geral, informando que irão conduzir a formação de Chapas – **Esses Sócios serão os Representantes das Chapas** – Amparo Artigo 13 do Regimento Eleitoral.

10/04/2006 – 60 dias antes das eleições – Prazo Final para entrega das Chapas, para Registro, na Secretaria Geral – **Competência: Representantes das Chapas** – Amparo Artigo 16 do Regimento Eleitoral. (*)

18/04/2006 – Prazo limite para o registro das Chapas pela Secretaria Geral – **Competência: Secretário Geral** – Amparo: Artigo 20 do Regimento Eleitoral.

19/04/2006 – Encaminhamento das Chapas registradas pela SEGE, para Homologação pelo Presidente do Conselho Deliberativo – **Competência: Secretário Geral** – Amparo: Artigo 22 do Regimento Eleitoral.

20/04/2006 – Data limite para Homologa-

ção das Chapas – **Competência: Presidente do Conselho Deliberativo** – Amparo: Artigo 22 do Regimento Eleitoral. (**)

30/04/2006 – 40 dias antes das eleições – Envio do “KIT ELEITORAL” para os Sócios residentes fora do Estado do Rio de Janeiro – **Competência: Secretário Geral** – Amparo: Inciso IV do Artigo 6º do Regimento Eleitoral. (***)

20/05/2006 – 20 dias antes das eleições – Publicação do Edital de Convocação da AGO nos meios de Comunicação do Clube ou em jornal de circulação nacional – **Competência: Presidente do Conselho Deliberativo** – Amparo: Artigo 9º, do Regimento Eleitoral, e Artigo 5º, do Regimento das Assembléias Gerais.

08/06/2006 – Última retirada dos votos recebidos através do Correio – **Competência: CEPE** – Amparo: Parágrafo 4º do Artigo 34 do Regimento Eleitoral. (****)

09/06/2006 – AGO

OBSERVAÇÕES:

(*) Como o dia 10 de abril é uma segunda-feira, o prazo fica prorrogado para as 11 horas do dia 11 de abril de 2006. Amparo: Inciso I do Artigo 16 do Regimento Eleitoral.

(**) Após a Homologação, o Secretário do Conselho Deliberativo comunicará oficialmente aos Representantes que as suas Chapas foram registradas e homologadas.

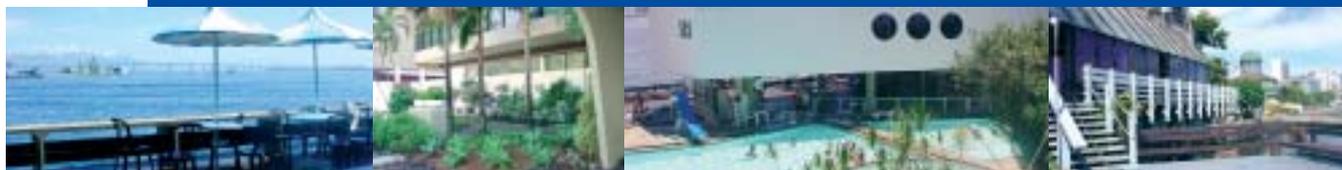
(***) Caso a eleição seja de âmbito nacional, havendo voto através de correspondência.

(****) Estatuto: Artigo 18: São direitos exclusivos dos Sócios Efetivos, além do previsto no Artigo 17:

I. Participar das Assembléias e nela votar depois de dois anos, contados da data de sua Admissão.

II. Ser candidato a qualquer Cargo Eletivo, após cinco anos contados da data de sua Admissão.

*Maj.-Brig.-do-Ar R1 Marcus Vinicius Pinto Costa
Presidente da CEPE*





AERONAVES ARMADAS

Ten.-Brig.-do-Ar
Fernando de Assis
Martins Costa

Quando as Aviações Naval e Militar foram aglutinadas no Ministério da Aeronáutica, em pleno desenrolar bélico da Segunda Guerra Mundial, a Força Aérea Brasileira herdou aeronaves armadas, das quais se destacam as que se seguem.

Baseado nas informações contidas na OTMA 00-11-1 “*Histórico de Material Bélico da Aeronáutica*”, emitida pelo Ministério da Aeronáutica, em 1996, são aqui relacionadas as aeronaves usadas pela Aviação Naval que receberam algum tipo de armamento e suas características mais relevantes.

O levantamento sobre esses 15 aviões refere-se ao período compreendido entre o ano de 1918 e janeiro de 1941, ocasião em que foi criado o Ministério da Aeronáutica, passando então o acervo da Aviação Naval para o novo Ministério.

A data indicada antes da descrição de cada tipo de aeronave indica o ano da aquisição da primeira aeronave daquele modelo.

1918 – Curtiss HS-2L



Primeira aeronave, com armamento, usada no Brasil. Era um aerobote, biplano, monomotor, de três tripulantes, fabricado pela *Curtiss Aeroplane and Motor Company* (Estados Unidos). Era uma modificação do modelo H-14, projeto de 1916, que não foi aceito pela *US Army* e que recebeu um motor “*Liberty*” e a nova designação HS-1L. Como a capacidade de bombas era apenas de 180lb, consideradas ineficazes contra submarinos submersos, receberam asas maiores em 12 pés e a designação HS-2L, podendo então levar duas bombas de profundidade de 230lb. Na nacele dianteira havia uma metralhadora Lewis de calibre .303. A Marinha do Brasil teve seis aviões HS-2L, adquiridos em 1918, e que foram usados até



1923. A designação HS-1L parece ser a mais correta, pois era monomotor, segundo documento da *Curtiss Aircraft* existente no MUSAL.

1921 – Farman F-51



Hidroavião aerobote bimotor fabricado pela firma *Société Henry et Maurice Farman*, da França, foi projetado em 1922 para Reconhecimento marítimo. Tinha quatro tripulantes (piloto, co-piloto navegador, observador-metralhador e metralhador). O armamento estava distribuído em dois postos: um no nariz e outro no meio da fuselagem, cada um com uma metralhadora Lewis calibre .303. Podia levar até 400 kg de bombas sob as asas. O Brasil comprou dois aviões em 1921 e os usou até 1923. A Marinha montou somente um avião, com a matrícula 37, pois o de matrícula 36 não foi montado.

1923 – Curtiss F-5L



Aerobote biplano, bimotor de Patrulha com quatro tripulantes. Era uma evolução do aerobote original “*America*” de 1914. A letra “L” significa que usava os motores “*Liberty*”. Foram construídos 60 pela *Curtiss*, 30 pela *Canadian Aeroplanes* e 343 pela *Naval Aircraft Factory*. Um documento do Ministério da Marinha confirma que podiam carregar quatro bombas de 230lb e tinham apenas duas metralhadoras Lewis. A Marinha do Brasil adquiriu 14 aviões em 1923 e os usou até 1930.

1923 – Sopwith Snipe 7F-1

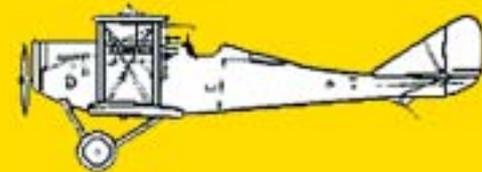
Este caça monoposto, biplano, dos quais mais de 1.700 foram fabricados pela *Sopwith* e pelas empresas *Boulton & Paul*, *Coventry Ordnance Works*, *Napier*, *Nieuport & General*, *Portholme Aerodrome* e *Ruston Proctor*, voou pela primeira vez no final de

1917. Usava motor rotativo de 230HP. Seu armamento principal constava de duas metralhadoras Vickers, sincronizadas, montadas sobre o capô à frente do piloto, o que foi confirmado por relatório do Ministério da Marinha do Brasil. A capacidade de bombas era a padrão para os aviões de Caça da época: quatro bombas de 20lb ou uma de 112lb. Característica interessante era ter a seção central do plano superior aberta, a fim de melhorar a visibilidade do piloto. A Marinha comprou 12 aviões desse tipo em 1923 e os empregou até 1929.



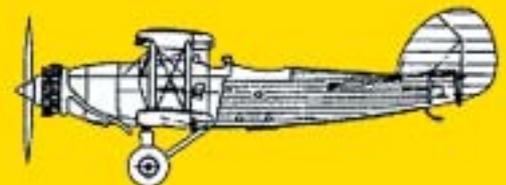
1923 – Ansaldo SVA-10

Era um biplano, monomotor, podendo levar até dois tripulantes, fabricado pela firma *Giovanni Ansaldo & Cia.*, da Itália. Segundo documento do Ministério da Marinha de 1923, foi solicitado que todos os aviões SVA-10 fossem armados com duas metralhadoras Vickers, o que não estava previsto vir nos aviões. Foto existente no MUSAL mostra que o avião foi equipado, no mínimo, com uma metralhadora em torre, na nacele traseira. Foram adquiridas 18 dessas aeronaves, em 1923. Foram empregadas até 1928.



1931 – Fairey Gordon I

O protótipo dos aviões Gordon voou pela primeira vez em 3 de março de 1931. Era equipado com uma metralhadora Vickers no lado esquerdo externo da fuselagem e, na nacele traseira, com uma metralhadora Lewis em torre de patente Vickers designada “*de alta-velocidade*”, por seu baixo arrasto. Segundo um documento do Ministério da Marinha datado de 1934, essas aeronaves usavam munição 7mm (possivelmente em arma modificada para a nacele traseira). Havia uma posição para o bombardeador deitado, na fuselagem traseira. As bombas eram carregadas sob as asas. Consta que tinha a capacidade de carregar sob as asas duas bombas de 230lb, ou duas de 250lb ou, ainda, quatro de 112lb mais quatro de 20lb. Dos 20 aviões vendidos ao Brasil, 15 eram na versão terrestre e cinco com dois flutuadores. Quatro dessas aeronaves passaram para a FAB e foram operadas até junho de 1945, na Base Aérea do Galeão.



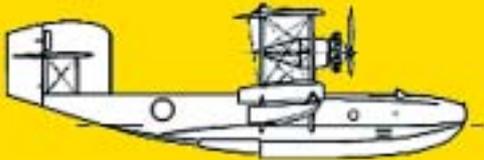
1931 – Savoia Marchetti S-55A

Aerobote produzido na Itália pela firma *Società Idrovolanti Alta Italia*, tinha dois cascos, com posições de metralhadores à frente e atrás de cada casco, em torres manuais tipo Scarff. Na seção central das asas (entre os cascos), podia levar bombas ou um torpedo. Seu peso normal carregado era de 7.700kg e o peso máximo era de 8.800kg, dando uma idéia que sua carga de bombas seria da ordem de 1.100kg. Usava dois motores em “tandem” tipo Fiat A-24R de 700 cavalos. A Marinha comprou 11 aviões em 1931 e os usou até 1936.



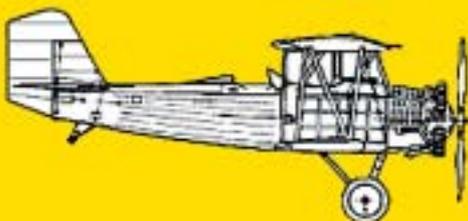
1931 – Martin PM

Hidroavião, bimotor e biplano, com capacidade de carregar bombas sob as asas. Há fotos de um avião no Brasil sendo municiado, dentro d'água, com bombas de 100lb. Trinta modelos dos aviões PM-1 foram fabricados pela *Martin* e tinham duas metralhadoras calibre .30 (na *US Navy*), no nariz e no meio da fuselagem, e levava quatro bombas de 230lb. Esse avião foi um desenvolvimento do aerobote F-5L, que era totalmente de madeira. O PM foi o primeiro aerobote a ter casco metálico. Foram comprados três em 1931, sendo utilizados até 1938.



1931 – Vought Corsair O2U-2^A

Primeiro avião a ter sua construção totalmente em tubos de aço, foi projetado em 1926 pela *Chance Vought Corporation*, Long Island, NY como avião de Observação. Podia ser convertido para uso marítimo com um flutuador central. Tinha uma metralhadora frontal e duas móveis, numa torre anular Scarff na nacele traseira. Não há referência quanto à sua capacidade de bombas. Foram fabricados 37 do modelo O2U-2 para a *US Navy*, em 1928. Fotos existentes no Brasil mostram que utilizaram apenas uma metralhadora na nacele traseira e dois cabides de bombas sob cada plano inferior. Em 1931, a Marinha do Brasil adquiriu seis desses aviões, que foram usados até 1936.



1932 – Boeing 256 (F4-B4)



Quatorze aeronaves F4B-4 da *US Navy* foram modificadas para serem fornecidas ao Brasil como caças terrestres, com a retirada dos ganchos de parada, equipamento de flutuação, rádios da *US Navy* e alteração no armamento. Essas e outras pequenas modificações resultaram no Boeing 256, que era chamado de “1932” pelo Departamento de Vendas da Boeing. O primeiro foi entregue em 14 de setembro de 1932 e, o último, em 8 de outubro do mesmo ano. Eram armados com duas metralhadoras Colt calibre 7mm, um visor do tipo “peep-sight” C-3 e um porta-bombas tipo A-3 para 2 bombas de 116lb, em cabides sob as asas. A Marinha recebeu seis desses aviões e dois foram entregues ao Ministério da Aeronáutica, em 1941.

1932 – De Havilland Moth (DH 60T)



Aviões biplanos, monomotores para dois tripulantes, foram fabricados pela firma inglesa *De Havilland Aircraft Co. Ltd.* Segundo documento do Ministério da Marinha de 1932, os DH 60T deveriam ser armados e operados pela DAL (Defesa Aérea do Litoral), receberiam porta-bombas e metralhadoras e os visores seriam alças ALDIS. Dos 24 comprados em 1932, um deles foi transferido para o Ministério da Aeronáutica, em 1941.

1933 – De Havilland Tiger Moth (DH 82)

Aviões biplanos, monomotores para dois tripulantes, fabricados pela firma inglesa *De Havilland Aircraft Co. Ltd.* Muito semelhante ao modelo DH 60T, diferia deste por ter motor mais potente (130HP con-

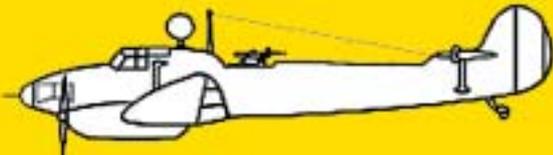
tra 120HP). Segundo documento do Ministério da Marinha de 1936, três aviões Tiger Moth estavam equipados com cabides de bombas e seriam testados em 1937. A Marinha comprou 17 desses aeroplanos em 1933 e 10 deles passaram para o Ministério da Aeronáutica em 1941.

1933 – Vought V-66B



Projeto da *Chance Vought Corporation*, era um biplano monomotor, usava um motor diferente (P&W Wasp de 550 HP) dos Vought O2U-2A e não tinha mais a torre em anel Scarff para as metralhadoras da nacele traseira. O visor de tiro do piloto era do tipo “peep-sight”. Podiam receber flutuadores do tipo central. Foram construídos 87 aviões desse modelo, dos quais a Marinha do Brasil comprou seis, em 1933, e um deles ainda foi operado pelo Ministério da Aeronáutica a partir de 1941, na versão terrestre. Ficaram conhecidos como os “*Corsários*”.

1938 – Focke-Wulf 58 B2

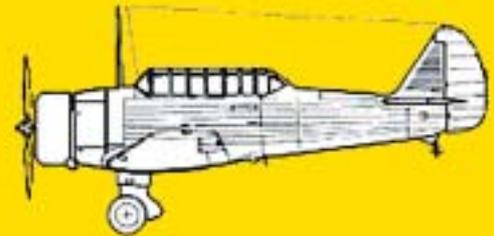


Avião da *Focke-Wulf Flugzeugbau GmbH*, Alemanha, era para treinamento de Tiro Aéreo, Vôo por instrumentos, Navegação rádio e Bombardeio. Bimotor, era armado com duas metralhadoras móveis e porta-bombas interno. O posto do bombardeador, no nariz, podia receber uma metralhadora calibre 7,92mm, depois da retirada do visor de bombardeio. Na parte posterior da fuselagem, em abertura no topo, havia uma torre para uma metralhadora calibre 7,92mm, que tinha de ser retirada para a instalação de cabides de bombas internos. O posto do metralhador tinha um campo de tiro de 360° e com possibilidade de tiro até 75° de depressão. O posto do bombardeador tinha acesso pelo lado do co-piloto e podia usar os equipamentos de comunicações ar-ar e ar-solo. O visor de bombardeio era o visor ótico

BOFE 1. Os cabides de bombas, instalados na lateral da fuselagem na posição do metralhador traseiro, tinham capacidade para três bombas de 50kg ou para seis bombas de exercício de 10kg de cimento colocadas na posição vertical. As bombas de 50kg usavam espoletas armadas eletricamente. As bombas de exercício de 10kg de cimento tinham espoletas de percussão e cargas fumígenas. O comando de lançamentos era mecânico e comum aos dois porta-bombas. Os 14 aviões adquiridos da fábrica pela Marinha do Brasil e aqueles produzidos no Brasil, sob licença, passaram para o Ministério da Aeronáutica, em 1941. Um exemplar encontra-se em exposição no MUSAL.

1939 – North American NA-16

Monomotor, monoplano, biplace, asa baixa e trem de pouso fixo, fabricado pela firma *North American Aviation Inc.*, U.S.A., com motor Wright R-975-E7 de 400 HP. Foram comprados 12 aviões pela Marinha do Brasil, em 1939. Tinha uma metralhadora frontal sincronizada com a hélice e uma na nacele traseira, em torre que podia encobri-la totalmente, quando não estava em uso. Em 1941, todos eles passaram para a FAB e foram designados como BT-9. ■



Ten.-Brig.-do-Ar Ref.
Sergio Xavier Ferolla
Ministro Aposentado do
Superior Tribunal Militar



A Perda de Posto e Patente

A abordagem de qualquer tema de interesse jurídico, dirigido a uma classe elitizada como a nossa oficialidade, gera um especial sentimento de responsabilidade, não só quanto à seleção criteriosa do assunto, como pela oportunidade oferecida para a elaboração de um texto capaz de informar e, ao mesmo tempo, propor o debate sobre questões do mais alto significado para a vida profissional e trazidas a público, algumas vezes, de forma polemizada e distorcida.

Tendo em mente tais premissas, proponho-me a apresentar uma análise sobre a possível perda de Posto e Patente militar, de oficial submetido a processo específico na Justiça Militar da União.

Vale, inicialmente, recordar que os tribunais militares datam de épocas remotas e foram constituídos como instrumento de aplicação da Justiça durante o Império Romano. Com suas Legiões avançando e definindo novas fronteiras para o Império, surgiu a necessidade de se expandir a ação do Pretor, sediado em Roma e, portanto, incapaz de atender às demandas surgidas nas longínquas regiões, particularmente nos acampamentos militares.

Os acampamentos eram designados como “*Castro*”, e daí a caracterização como Justiça Castrense, aquela que neles se fazia presente. Tal designação permanece viva até os nossos dias, sendo referenciada aos órgãos componentes da Justiça Militar.

Quando da instalação da Corte Portuguesa em nosso País, cuidou o Príncipe Regente D. João de

organizar a estrutura de governo e criar órgãos julgados essenciais e prioritários, como a Casa da Moeda, a Imprensa Nacional e a Justiça Militar, entre outros.

Assim foi que, em 1º de abril de 1808, por Alvará, com força de Lei, criou-se na cidade do Rio de Janeiro o Conselho Supremo Militar e de Justiça, acumulando funções administrativas e judiciárias. A Constituição Republicana de 1881, ao organizar o Poder Judiciário, não contemplou a Justiça Militar, entretanto, em seu texto (Artigo 77), previu foro especial para os delitos militares, estabelecendo que o dito foro seria composto pelo Supremo Tribunal Militar e pelos Conselhos necessários para a formação da culpa e do julgamento dos crimes, dando, assim, à Justiça Militar, outra estrutura, passando a figurar como órgão Supremo da Judicatura Castrense.

A República trouxe novos rumos e fixou novas marcas para a Justiça Militar, culminando, com a Constituição de 1934, na inclusão definitiva dos Tribunais Militares e seus juízes na estrutura do Poder Judiciário. O texto constitucional estabelece, como órgãos da Justiça Militar, o Superior Tribunal Militar (STM) assim como os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei.

O STM tem seus Ministros, vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo, três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

Desde sua origem, o STM tem composição mista, sob a forma de escabinato, na qual se fundem o saber de notáveis juristas e a prática da vida castrense de experimentados chefes militares. Pela Superior Corte castrense passaram brasileiros eminentes, bastando dizer que a integraram Caxias – Patrono do Exército, Tamandaré – Patrono da Marinha, e Joaquim Pedro Salgado Filho, que dela saiu para ser o primeiro Ministro da Aeronáutica, em 1941. Também Floriano Peixoto e Ernesto Geisel foram membros da Corte antes de exercerem a Presidência da República.

Com marcante presença na História pátria, em seus arquivos está preservada vasta documentação sobre fatos e personagens de realce, tais como: a “*Revolta dos 18 do Forte*”, ocorrida em 5 de julho de 1922, envolvendo Antonio Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado, Mario Tamarindo Carpenter e muitos outros, com seus recursos de Apelação, Embargos, *Habeas-Corpus* etc.; a “*Revolução Paulista de 1924*”, envolvendo João Alberto, Siqueira Campos, Joaquim e Juarez Távora, Eduardo Gomes, Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa, Augusto do Amaral Peixoto Júnior e tantos outros conhecidos personagens desse memorável episódio, que veio a dar origem à conhecida “*Coluna Prestes*”; a “*Revolução de 1930*”, envolvendo João Alberto Lins de Barros, Siqueira Campos, Juarez Távora, João Pessoa (Ministro do STM na época), Luiz Carlos Prestes, Olegário Maciel, Pedro Aurélio de Góis Monteiro (Tenente-Coronel – Comandante do Movimento – Ministro do STM de 27 de outubro de 1952 a 15 de dezembro de 1956), José Américo de Almeida, Paes de Andrade (General), João de Deus Menna Barreto (General – Ministro do STM de 16 de novembro de 1931 a 25 de março de 1933), Augusto Tasso Fragoso (General – Ministro do STM de 28 de abril de 1933 a 19 de fevereiro de 1938), Isidoro Dias Lopes, Bertoldo Klinger (General), Euclides de Oliveira Figueiredo (Coronel) e muitos outros; a “*Revolução de 1932*” (Revolução Constitucionalista), envolvendo João Alberto (Coronel), Barata Ribeiro (Capitão), Miguel Costa (Comandante da Força Pública), Eurico Gaspar Dutra (General), Waldomiro Castilho de Lima (General – Comandante da Região Militar e interventor federal) e muitos outros; a “*Ação Integralista Brasileira*”, envolvendo Plínio Salgado e muitos outros; a “*Intentona Comunista*” de 15 de novembro de 1935, envolvendo Luiz Carlos Prestes e muitos outros; e o “*11 de novembro de 1955*”, envolvendo Ha-

roldo Coimbra Veloso, José Chaves Lameirão e outros.

O Artigo 124 da Constituição de 1988 estabelece: “*À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei*”. Assim sendo, é da sua responsabilidade, essencialmente, tutelar os princípios da hierarquia e da disciplina no seio das Forças Armadas, mas é importante ressaltar que o texto constitucional se refere a “*crimes militares*” e, não, crime dos militares, significando que também os civis são passíveis de cometer esses crimes, detalhadamente especificados no Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969).

No *Estatuto dos Militares*, Lei nº 6.880/80, está definido “*Posto*”, como sendo o grau hierárquico do oficial, conferido por Ato do Presidente da República ou do “*Ministro*” (Comandante) da Força Singular e confirmado em Carta Patente. A referida Carta Patente, ou “*Patente*”, é o documento individual onde consta, para cada oficial, o Posto e o Corpo ou Quadro a que pertence, a fim de fazer prova dos direitos e deveres que lhe são assegurados por lei, estando estabelecido, no texto constitucional, em seu Artigo 142, Parágrafo terceiro, Inciso I, que: “*as Patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a ela inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos Oficiais da Ativa, da Reserva ou Reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais militares, o uso dos uniformes das Forças Armadas*”.

Tão sólida estrutura profissional pode ser fragilizada, na hipótese da ocorrência de atos que afrontem a moral, a ética e o pundonor militares, estabelecendo o mesmo Parágrafo Terceiro, em seus Incisos VI e VII que:

“*VI – o Oficial só perderá o Posto e a Patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.*”

“*VII – o Oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no Inciso anterior.*”

É importante que se entenda a correta interpretação dos tribunais, no que se refere a indigno e incompatível, pois para cada enquadramento resultarão efeitos nocivos, de maior ou menor gravidade, para os envolvidos. Senão vejamos:

– será considerado INDIGNO do oficialato o oficial



cuja conduta, moralmente reprovável, fere o pundonor, o decoro e a ética militares, cujos preceitos, em sua maioria, estão contidos no Artigo 28 do *Estatuto dos Militares*; e

– será considerado INCOMPATÍVEL o oficial cuja índole e modo de proceder não se harmonizam com os requisitos de disciplina, liderança e cumprimento do dever militar, comprometendo, irremediavelmente, o seu desempenho profissional.

Assim sendo, a perda de Posto e Patente só ocorrerá por decisão judicial, não podendo o oficial ser demitido *ex-officio*, por ato do Poder Executivo, com base em simples processo disciplinar ou administrativo. Nisso está consubstanciado o princípio da vitaliciedade, blindando os bons profissionais contra episódicos eventos da burocracia e da política, ao longo da carreira, bem como após passagem para a Reserva e ou Reforma.

Cumprindo o estabelecido na Constituição Federal, a decisão que estabelece a perda de Posto e Patente deve emanar, em tempo de paz, do Superior Tribunal Militar e, em tempo de guerra, de tribunal especial. Decretada a referida perda de Posto e Patente, segue-se a demissão do oficial, como previsto no Artigo 119 do *Estatuto dos Militares*. (*)

A composição das Cortes de julgamento, sob a forma de escabinato, ou seja, composta por civis e militares, assegura a análise dos fatos à luz da realidade na vida da caserna, supervisionada pelo saber jurídico dos Juizes Togados e sempre sob o vigilante e acurado acompanhamento do Ministério Público Militar, na elevada tarefa de representantes da lei e fiscais de sua execução, proporcionando aos jurisdicionados a tramitação imparcial dos processos, com todos os direitos inerentes à ampla defesa e ao contraditório, previstos na Constituição e nas leis.

Com essa avançada formação jurídica, o Brasil se coloca bem à frente de nações que se arvoram de desenvolvidas, por possuírem poder econômico e militar, nas quais simples Cortes Marciais, atuando, muitas vezes, sob pressão de interesses políticos do momento, determinam o destino de pessoas, civis e militares, negando-lhes os mais mezinhos princípios do Direito universal.

Por tudo isso, é grande a responsabilidade da classe militar e, em especial dos oficiais, no sentido de preservar os valores solidamente edificados pelos nossos pioneiros, mantendo-se alertas e vigilantes nesses períodos turbulentos da História Contemporânea, quando graves desvios de comportamento, na estrutura do poder público, passam a ser mostrados

como rotineiros e naturais, fixando conceitos de impunidade no seio da população.

Numa mídia, em geral tendenciosa e fortemente cooptada por interesses econômicos e políticos, é rotineira a divulgação da versão dos fatos envolvendo o estamento militar, de forma deturpada e maliciosa, bem como, também, para atingir as Forças Armadas, lançar levianas e infundadas críticas, da existência de uma relativa estrutura judicante para poucos feitos, procurando argumentos para transferir o julgamento dos delitos militares para a justiça comum.

Esses falsos e tendenciosos argumentos, muito ao contrário do que pretendem mostrar certos setores comprometidos com impatrióticos interesses, devem, sim, ser interpretados como elogio ao sistema vigente no Brasil desde o Império e, em particular, ao ambiente de disciplina e correção administrativa no seio das Instituições Militares, onde os mínimos desvios são apurados e corrigidos, resultando em um ambiente exemplar e sadio, onde se cultua o amor à pátria e às instituições, dando seguimento à honrosa missão atribuída pelos grandes brasileiros, que no passado histórico e em épocas mais recentes, deram exemplos de luta e abnegação, por um Brasil altivo e soberano.

Como conclusão, julgamos importante enfatizar que a Justiça Militar da União, pelo trabalho das suas Auditorias Militares, pela atuação do Ministério Público Militar, da Defensoria Pública da União e dos advogados, bem como da tutela mais elevada do Superior Tribunal Militar, tem assegurado o fiel respeito aos preceitos legais consolidados na legislação em vigor, absolvendo ou condenando e, se necessário, promovendo o expurgo daqueles elementos que não alcançaram a grandiosidade da missão e a postura almejada para os integrantes das Forças Armadas, em especial.

A feliz citação elaborada pelo eminente Ministro aposentado do STM, Dr. Aldo Fagundes, traduz, em poucas palavras, o sentimento que deve persistir naqueles que optam pela carreira das Armas:

“A farda é leve para quem a veste por vocação, mas é fardo insuportável para aquele que não compreendeu a missão para a qual prestou juramento solene”. ■

(*) Melhores detalhes jurídicos sobre o assunto poderão ser obtidos no STM, em palestra proferida pelo Ministro, Almirante-de-Esquadra José Júlio Pedrosa, no Primeiro Seminário de Direito para Professores dos Cursos de Formação de Oficiais das Forças Armadas.



Globalização,

Por motivo da retumbante celebração, pela ONU, do quinquagésimo sétimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos – ocorrida em 10 de dezembro do ano passado – considero necessário que reflexionemos sobre a situação desses direitos nas circunstâncias atuais. Evidentemente, o mundo de hoje é muito diferente daquele que existia há 57 anos, quando apenas se iniciava a profunda revolução que conduziu a sociedade do conhecimento e da informação ao mundo globalizado.

Diante dessas novas circunstâncias, os direitos humanos não somente perderam sua vigência, mas se fazem mais evidentes porque, muito embora a globalização e seus suportes essenciais (as novas tecnologias, as empresas transnacionais e os novos sistemas financeiros) venham sendo benéficos em muitos aspectos, também têm produzido graves danos, como a expansão e a agudização da pobreza, a acentuação das diferenças entre ricos e pobres, o aumento do desemprego e a vulnerabilidade do Estado e das pessoas, ante os interesses das empresas transnacionais e das entidades financeiras.

A liberdade, a igualdade e a dignidade, sem distinção alguma entre os seres humanos, proclamadas nos dois primeiros artigos da Declaração, continuam sendo vitais, mas talvez agora como nunca se encontram ameaçadas. A debilidade crescente do Estado ante os interesses econômicos transnacionais – que não possuem pátria nem consideração com os sofrimentos que possam ocasionar – deixam ao desamparo impotentes e densos setores da população.

O Artigo 26 estabelece o direito à educação básica, a qual deve ser gratuita e obrigatória. A educação técnica e profissional deve generalizar-se e a educação superior deve assegurar a igualdade para todos em função dos respectivos méritos. O que se persegue é o desenvolvimento integral da personalidade, o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos.

Sem uma educação suficiente e de qualidade, restringe-se acentuadamente o direito de receber informações e opiniões e difundi-las sem limitação de fronteiras e por qualquer meio de expressão (Artigo 19). Torna-se impossível a adequada satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis para a dignidade e para o livre desenvolvimento da personalidade (Artigo 22); limita-se o direito ao trabalho em condições equitativas e satisfatórias (Artigo 23); corta-se o direito de participar da vida cultural, a gozar das artes e a participar do progresso científico e dos benefícios que dele resultem (Artigo 27) e, em geral, faz-se difícil ou impossível desfrutar dos direitos humanos e contribuir para que outros também o façam.

Uma pessoa não educada é totalmente incapaz de cumprir cabalmente com seus deveres e de desfrutar plenamente de seus direitos. Uma limitação muito importante é a de não saber como reclamar um direito, o que, freqüentemente, conduz a impedir o desfrute de outros direitos por parte de outras pessoas ou de toda uma comunidade. Este é o



Educação e Direitos Humanos

Manuel Cambeses Júnior
Cel.-Av. R1

caso da suspensão de serviços essenciais, como a saúde e a educação.

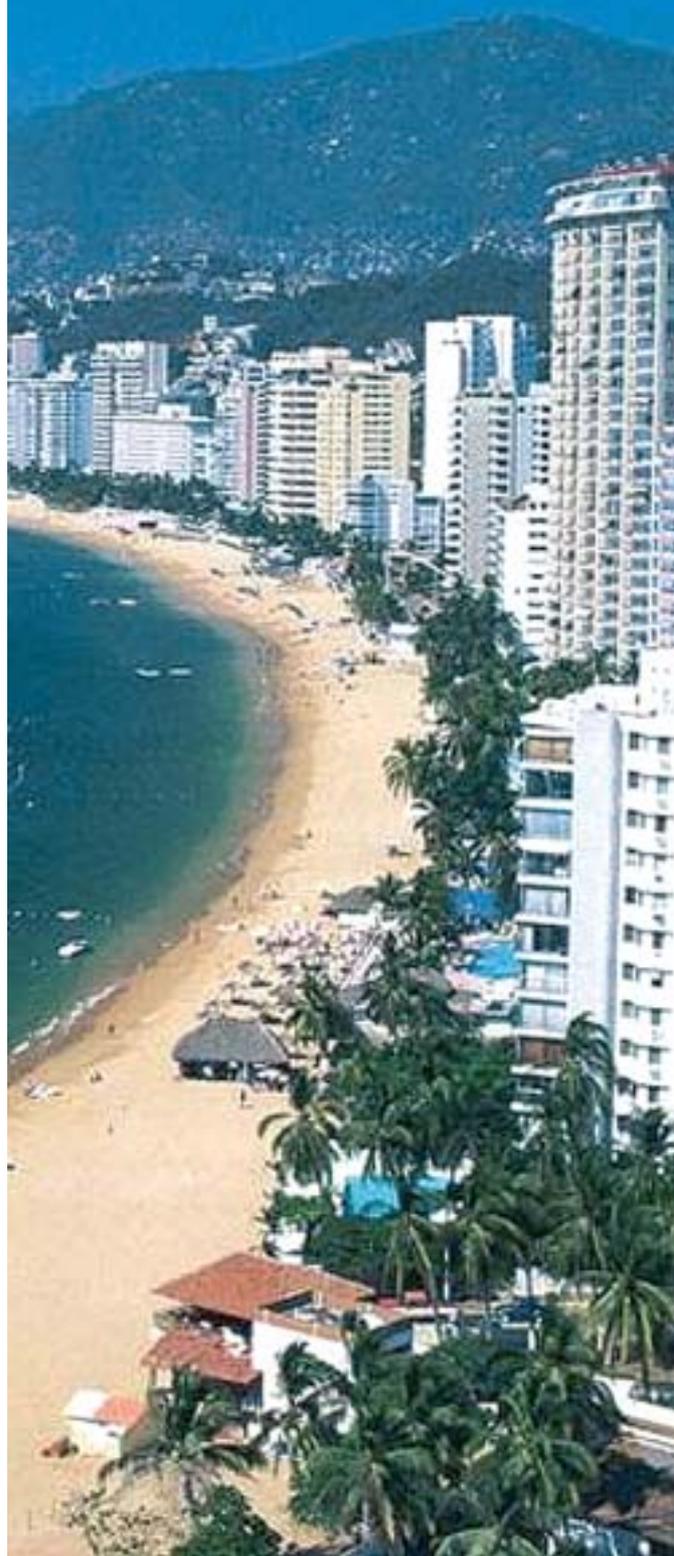
O direito à educação tem-se estendido significativamente. Na maioria dos países, o acesso à educação básica é quase universal. Atualmente, o problema não está no acesso à educação básica, senão na profunda diferença na qualidade do ensino que as classes privilegiadas social, cultural e economicamente recebem, em detrimento da que recebem os setores menos favorecidos, os quais, na generalidade dos países, constituem a maior parte da população. Em nossa sociedade do conhecimento e da informação e num mundo globalizado, onde o que se busca é a excelência e a competitividade, os que não estejam bem educados, aqueles que não saibam pensar e se educar permanentemente, os que não saibam fazer uso da informação e se adaptar às profundas e velozes transformações que se produzem na ciência e na tecnologia, ficarão marginalizados e irão incrementar a pobreza, que constituiu a endemia mais abjeta no final deste século, quando, paradoxalmente, se estenderam os regimes democráticos e se proclamaram os direitos humanos com mais força.

A generalização da educação técnica e profissional e o acesso à educação superior convertem-se em uma quimera para aqueles que não tiveram uma educação pré-escolar e básica de qualidade. A igualdade dos estudos superiores para todos, em função dos méritos respectivos, se distancia cada vez mais das maiorias empobrecidas da população. A gratuidade da educação superior, que se preconiza em muitos países, é um mito para os pobres e uma regalia para os ricos.

Todos esses aspectos, bem como os indiscutíveis benefícios que nos trazem a globalização e as novas tecnologias, não devem ser desconhecidos ou subestimados por nossos dirigentes, nem tampouco pela população em geral. Daí, concluímos que o novo currículo de educação básica, em nosso País, deva ter como um de seus pilares fundamentais, os valores. Não nos interessa somente ensinar e pensar logicamente, mas também pensar e decidir eticamente.

O desafio é imenso. Faz-se necessário examinar detidamente o progressivo debilitamento do Estado, ante os embates do neoliberalismo, que aproveita a globalização para se apresentar como um novo dogma de salvação. Da mesma maneira que o Estado deve desprender-se de atividades que não lhe correspondem e que podem ser realizadas, de forma melhor, pelo setor privado, também é necessário que se fortaleça, para assegurar o desfrute dos direitos fundamentais por toda a população.

A educação, a saúde e a segurança devem ser garantidas a todos sem distinção de qualquer natureza. Ante o fracasso do comunismo e as injustiças do neoliberalismo, faz-se necessário um novo pacto social, que tenha como objetivo precípuo o ser humano, promovendo uma nova organização do Estado e dos organismos internacionais e tornando realidade o desfrute dos direitos humanos, pondo, desta forma, um freio no apetite desmesurado de interesses desprovidos de qualquer sentido humanitário. ■



Maj.-Brig.-do-Ar Ref.
Umberto de Campos
Carvalho Netto

O Liberalismo e

História do desenvolvimento do ser humano como “*animal político*” começa na Antigüidade, alguns séculos antes de Cristo, e teve um momento importante como expressão dos direitos de cidadania com a Democracia dos gregos, exercendo influências imediatas sobre os romanos e prolongando-se por mais de dois milênios até aos nossos dias. Avanços e retrocessos, às vezes demorados ao longo da História, marcaram essa trajetória, até mesmo a sua quase total obliteração durante a Idade Média. Foi após aquele período que recomeçou o processo influenciado por fatores históricos importantes, entre eles: a disputa entre os poderes laico e religioso; a Renascença, com a revolução cultural que ensejou o surgimento de tantos sá-

bios que se libertaram das limitações da Escolástica, construindo por meio do Racionalismo o conhecimento científico; a luta contra o Absolutismo Monárquico, opressor e excludente da participação política da grande massa popular; o advento do Mercantilismo; o surgimento de novas classes sociais; e a forte influência das idéias dos filósofos iluministas.

Toda essa ebulição cultural e social convergiu para os dois fatos mais marcantes ocorridos na segunda metade do século XVIII, interligados no plano das influências históricas e produzindo reflexos durante o século seguinte: na América do Norte, a independência dos Estados Unidos e, na Europa, a Revolução Francesa. Associados a ambos, o incremento acelerado da Revo-



O Estado Liberal

lução Industrial e o advento do Capitalismo Clássico, ocasionando ambos profundas transformações.

O Liberalismo

Na América do Norte, a independência das treze colônias britânicas fundadas pelos pioneiros que lá aportaram a bordo do “*May Flower*”, em 1620, teve na sua Declaração um verdadeiro libelo contra o Absolutismo e um brado de exaltação à liberdade do homem. Onze anos depois, com a Constituição de 1787, surgia um novo Estado, formado pelas treze colônias, nos moldes de uma Federação, consolidando-se os princípios da Declaração, implantando-se numa República Presidencialista e institucionalizando-se a or-

ganização política com base nos três poderes independentes e harmônicos, tal como pregado por Montesquieu (1689-1755 – “*O Espírito das Leis*”): Executivo, Legislativo e Judiciário.

Do outro lado do Atlântico, dois anos depois, eclodia a Revolução Francesa (1789), marco inicial da Idade Contemporânea e acontecimento relevante, devido à sua grande repercussão na Europa pela nova ordem política e social que provocou: acabou com o Absolutismo Monárquico e o Feudalismo na França. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e o lema dos revolucionários – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – foram outro marco na consolidação do conceito de cidadania. Os constituintes de 1791, porém, não ousaram consagrar o princípio da soberania popular pregado por J. J. Rousseau (1712-1788 – “*O Contrato Social*”), o grande ideólogo da Revolução e considerado o Pai da Democracia Moderna, para quem a cada membro da Sociedade seria outorgada fração equivalente do poder. Temendo delegar tamanha força às massas populares, criaram um novo conceito, o de Soberania Nacional, considerando a nação, como entidade que englobava a totalidade do povo, a depositária em conjunto da soberania, que deveria ser una, indivisível e inalienável.

Coincidindo com a mesma época desses dois fatos históricos, agigantou-se um fenômeno que já se delineava, há pelo menos um século: a Revolução Industrial. Associado a ela surgiu o Capitalismo, fruto de idéias que tiveram grande impacto com a divulgação de uma obra que se transformou na Bíblia da teoria econômica de então: “*A Riqueza das Nações*” (1763), do economista escocês Adam Smith (1723-1790). O Capitalismo pregava a total liberdade da iniciativa privada, única detentora dos meios de produção, sem qualquer interferência do Estado, tendo como meta prioritária a obtenção do lucro, ficando a competição como a “*mão invisível*” que regularia o mercado e eliminaria as possíveis distorções.

Formava-se aos poucos nesse contexto um modelo de organização pública – o Liberalismo – tendente socialmente para o libertário, economicamente individualista e politicamente elitista, com base no qual se



forjou o primeiro tipo de Estado surgido na Era Contemporânea, cujas contradições e imperfeições viriam a propiciar o surgimento de novas ideologias, dentre as quais as principais foram o Socialismo e a Democracia.

O Estado Liberal

Estados Unidos e França emergiram de suas revoluções como Estados Liberais, a Grã-Bretanha já se conduzia com a mesma feição, e outros países europeus se encaminharam no mesmo sentido.

Com suporte no Liberalismo, criava-se o que se convencionou qualificar como “*Estado Absenteísta*”, significando o mínimo de interferência estatal na vida dos cidadãos. Em linhas gerais, ao Estado competia apenas gerir as relações internacionais, a defesa externa, a segurança pública e a justiça. Tudo o mais ficava com a iniciativa privada. A liberdade era a palavra de ordem e a busca do progresso individual, segundo os individualistas, era um sentimento inato no homem, caracterizando-se o desenvolvimento da sociedade como decorrência do somatório dos progressos de cada um, e não o contrário.

No campo da participação política, porém, o alcançar de Aquiles: este novo regime representava a ascensão ao poder da burguesia, surgindo os critérios que serviam de base aos sistemas eleitorais, altamente excludentes na maioria dos Estados.

Baseado no princípio de que, se o governo deve ser exercido pelos melhores, então a escolha também deveria ser feita pelos melhores, o voto foi considerado como função pública e os países, cada um a seu modo, esmeram-se em criar artifícios impeditivos do acesso da grande massa popular às urnas. Era o assim denominado “*voto censitário*”. Exigências do tipo renda mínima, montante de impostos pagos ou escolaridade de nível superior eram os mais comuns, de modo a reduzir os corpos eleitorais a pequenas minorias. O voto feminino era ainda impensável.

O êxodo rural, criando a superpopulação das grandes cidades e as conseqüentes favelização e proliferação de multidões sem as condições mínimas de subsistência; o excesso de oferta de mão-de-obra e a exploração da classe operária, submetendo as famílias a baixos salários e a alta carga de trabalho de homens, mulheres e crianças; a ausência de legislação previdenciária e trabalhista, cuja criação o Estado Liberal não julgava de sua obrigação – tudo isso foi fermentando a agitação social e as reações ao “*status quo*”, agitando as relações sociedade/Estado, nessa fase, muitas vezes pouco pacíficas.

Os Desdobramentos

O Liberalismo surgiu nem tanto como um movimento ideológico – embora tenha sido fortemente influenciado pelo ideário iluminista – mas, principalmente, em virtude de uma série de fatores históricos que convergiam para o século XVIII, com ênfase particular na paulatina degradação do Absolutismo Monárquico, na Europa e na América do Norte. Lembremos que um forte componente da independência dos Estados Unidos teve como motivação a reação às sufocantes medidas arbitrarias da metrópole inglesa contra as colônias locais. Da mesma forma, a Revolução Francesa significou um basta do povo aos desmandos da realeza.

A verdade é que não se tratou de algo imposto à sociedade, mas que foi sendo implantado na trilha da nova situação liberalizante, porém sem as regras que ordenassem devidamente a convivência social.

O resultante Estado Liberal, pela sua própria natureza absenteísta, omitiu-se ante a convulsionada situação provocada pelo Liberalismo na Europa, e revelou a sua tibieza para apaziguar as conturbadas relações entre o povo e o Estado. Natural, portanto, que surgissem idéias novas para traduzir as aspirações de populações oprimidas, não pelos governantes, mas pelas classes dominantes.

Como antítese do Liberalismo surgiu o Socialismo, que atingiu o seu ápice com o manifesto comunista de 1848, sendo a gênese do segundo paradigma de Estado da era contemporânea – o Estado Totalitário – que encontraria o seu campo fértil na Rússia pós-Revolução Bolchevique de 1917.

Por sua vez, o Estado Totalitário Comunista provocaria reações: surgiram o Estado Fascista, na Itália (1922), e o Estado Nazista, na Alemanha (1934), ambos em oposição ao Liberalismo e ao Comunismo e dando origem, o primeiro, à criação, à sua imagem e semelhança, da série de Estados Novos, como ocorreu na Turquia (1924), na Polônia (1926), em Portugal (1933), no Brasil (1937) e na Argentina (1949).

A síntese dialética entre o Liberalismo e o Totalitarismo surgiria por conta do ideário democrático, também produto do século XIX, visando eliminar as debilidades e injustiças do Estado Liberal. Nasceu, assim, o terceiro paradigma, o Estado Democrático, rotulado por muitos estudiosos de Estado Social, responsável por uma sociedade política menos libertária, mas certamente muito mais justa e igualitária. ■



Major CRUZ MACHADO Professor da EPCAr

Attila A. Cruz Machado
Cel.-Méd. Ref.

Se vivo estivesse, o Major-Farmacêutico Reformado Carlos Mário Lacerda CRUZ MACHADO estaria completando noventa anos em 15 de março deste ano.

Nascido em Barbacena (MG), caçula de cinco filhos homens de Átila Brandão da Cruz Machado, cirurgião-dentista e preparador do laboratório de química do Colégio Militar de Barbacena (aonde veio a se instalar, mais tarde, a EPCAr) e de Clariêta de Araújo Lacerda, professora e pedagoga, ficou órfão aos seis anos quando o pai – com 33 anos incompletos, foi vítima da gripe espanhola.

Realizou os estudos primários e secundários na cidade natal. Após ter sido aprovado, matriculou-se na Escola de Farmácia de Ouro Preto

(MG), onde se diplomou na turma em 1º lugar, com distinção em todas as matérias, com apenas 18 anos (como não possuía um terno decente para a solenidade de formatura, prestou o juramento no gabinete do diretor; também não tendo dinheiro para a confecção e para o registro do competente diploma, só o fez tempos depois).

Dos 18 aos 32 anos percorreu boa parte do País, trabalhando como professor (inclusive na antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro) e/ou em farmácias.

Morando no Rio de Janeiro, ao sair o edital para o primeiro concurso do Quadro de Oficiais Farmacêuticos da Aeronáutica (1947), foi convencido pelo irmão (pai do articulista) a se inscrever. Assim o fez, obtendo a primeira colocação após brilhante prova prático-oral assistida pelo então Diretor de Saúde – hoje Patrono do Serviço de Saúde da Aeronáutica, Brig.-Méd. Ângelo Godinho dos Santos.

Terminado o Curso de Adaptação ao Serviço para o Quadro de Oficiais Farmacêuticos, realizado no Hospital Central da Aeronáutica, escolheu, por ser 01 de turma, servir no Hospital de Aeronáutica de Canoas, em Porto Alegre (RS), onde residiam dois de seus outros irmãos.

Em 1949, é criada a EPCAr e **Cruz Machado**, tendo servido dois anos na antiga OM, solicita transferência para a Escola, a fim de voltar às suas raízes, ou seja, Barbacena, onde ainda vivia sua mãe. Nela permaneceu até 1961, como 1º tenente, capitão e major e, após, como professor contratado.

E mais: curiosamente, como ex-professor da Univer-

sidade do Brasil, foi autorizado, após constatação por banca examinadora, especialmente designada pelo Brig. Eduardo Gomes, a lecionar Química, sendo, na época, e ao que se saiba, o único professor militar na ativa da FAB.

Como barbacenense, teve também a oportunidade de ajudar diversos comandantes da EPCAr quer “*aparrando arestas*” com os políticos da cidade (alguns batalhavam pelo fechamento da Escola devido às desavenças dos alunos com os jovens de outros colégios, durante a década de 50) quer mediando gestões para a desapropriação e/ou aquisição de terrenos suplementares para a necessária expansão de tão importante estabelecimento de ensino.

Em 1961, transferido para o Rio de Janeiro e lotado na Diretoria de Saúde (sem função), pede passagem para a reserva remunerada e, ao regressar a Barbacena, é contratado pela EPCAr como professor civil, nela permanecendo até o fim dessa década.

Cruz Machado, detentor de vasta cultura, professor brilhante e humano (porém rígido na avaliação dos pupilos) lecionou, também, em escolas civis e na Faculdade de Farmácia de Barbacena. Trabalhou, até o final da vida, no laboratório de análises clínicas “*Santa Lúcia*” (era um dos sócios) e nas atividades de difusão e doutrinação do Espiritismo Kardecista. Grande orador, era Maçom Grau 33 (Grande Benemérito).

Também seus filhos, Marcus Vinicius Costa da Cruz Machado (professor na EPCAr) e Dr. José Maria Costa da Cruz Machado (2º Ten.-Méd. R2 da FAB), filhas e genros – Cel.-Int. R1 (FAB) Ian Beschoren, Ângelo Guido (ex-Cadete-Aviador do 2º Ano da AFA) e Dr. Mauro Borgo (ex-S1 na EPCAr e neurocirurgião que, por inúmeras vezes, tem atendido a Família Aeronáutica na cidade) têm e/ou tiveram íntima ligação com a Escola.

O passamento do Major **Cruz Machado**, em 7 de março de 2000, foi muito sentido em Barbacena e o escopo deste breve artigo é prestar uma homenagem a um cidadão exemplar, com o qual tive o privilégio de conviver, acompanhando de perto sua carreira na FAB.

Assim, o Major **Cruz Machado**, por seu perfil de mestre e cidadão, tornou-se uma figura inesquecível para todos os que tiveram a oportunidade de o conhecer e de privar de sua amizade.

Estou certo de que centenas e centenas de ex-alunos, alvos diretos da dedicação deste educador, ao recordarem dos tempos em que eram jovens alunos da EPCAr, terão dele gratas lembranças, corroborando, assim, estes meus dizeres. ■





Aloysio Quadros
Pára-quedista
Pesquisador/historiador

Vencendo o impossível



UO-T Spitfire e GN-A Hurricane, aviões da Segunda Guerra Mundial em sobrevôo a Farnborough, 1990 - Inglaterra. Comemoração ao 50º aniversário da "Battle of Britain"

A demonstração de acrobacias aéreas estava perfeita, um tanto ousada, talvez até indisciplinada e, como sempre, a pujança do piloto militar BADER (Douglas) destacava-o pela sua sensibilidade com o seu robusto monomotor “*Bulldog*” levado ao limite, quando uma recuperação a muito pouca altura não aceitou os comandos do piloto e tocou o solo com a ponta da asa. O contundente choque levou o aparelho à “*perda total*”. Corria o ano de 1931. O piloto, socorrido sem delongas, sobreviveu. Logo hospitalizado, os cirurgiões decidem amputar uma das suas pernas, na expectativa de salvar a outra, o que não ocorreu. Em poucos dias, BADER perdia a segunda perna. No avião de temperamento rebelde e combativo, afloram sentimentos negativistas ante aquela dupla mutilação. Durante a internação assaz sacrificante, seu cérebro fervia cheio de garra, obcecado com a idéia de retornar à pilotagem, o inverso de todos os prognósticos médicos e de seus superiores hierárquicos. Era BADER contra o bom-senso, contra a dura realidade. Era o mundo contra BADER.

Afinal, depois de interminável período de recolhimento, é liberado do Hospital. Começam os exercícios severos de longas caminhadas, seguidas de treinamento de golfe, tênis, futebol e outros esportes. Sustentava-se em pé apenas com as suas duas pernas mecânicas, com absoluta recusa ao apoio de bengalas. As quedas ao chão, freqüentes, não intimidam BADER, que também não aceita a colaboração dos parceiros para se erguer do solo. Na sua autoprogramação de treinamento, inclui sacrificantes deslocamentos de bicicleta e trajetos longos com motocicleta. Familiares, companheiros de farda, amigos e namorada (Thelma), tentam inutilmente impedi-lo, e a RAF, burocraticamente, o dispensa de vôo

desencadeando nutrida contenda jurídico-administrativa em torno dessa desanimadora ordem superior. Acompanhando colegas do Esquadrão, faz vôos (duplo comando) em aviões de treinamento primário e, não raro, assume a pilotagem com a conviência dos colegas, sendo sempre alvo dos mais altos elogios desses companheiros. O Comandante da Unidade onde servia já autorizara a sua inclusão no curso (Londres) de adestramento de “*Avro 504*”, quando BADER conseguiu voar outra vez num “*Bulldog*”. O drama que ainda o perturbava era a inflexível proibição de voar solo... Sentia-se injustiçado quando comentavam os vôos solo do aviador F. West, cuja perna direita fora amputada, mas tinha autorização para pilotar aparelhos leves.

Nas suas folgas, dirigia seu “*MG*” a Londres para tomar chá com Thelma e, eventualmente, à noite, eles dançavam em clubes conhecidos, mas nem sempre livre das quedas, que eram, porém, bem acolhidas pela jovem amada.

No retorno ao velho “*Bulldog*” chega a fazer acrobacias. Os instrutores se revesam com orgulho naquela tarefa de mestres de um aluno excepcional, muito embora soubessem o quanto BADER almejava deixá-los em terra e voar solo. Mas, o “*Regulamento dos Reis*” o subordinava aos instrutores. A RAF viu-se forçada a



esclarecer ao piloto mutilado que admitiu o seu treinamento acreditando na ineficiência do vôo de caça. Mas, isso não aconteceu. As autoridades aeronáuticas assumem a dura decisão de afastá-lo da Força Aérea. Não havia então regulamento específico determinando a proibição de vôo, ou não, para tripulante com quadro físico semelhante. Arrasado, BADER aluga um quarto e vai em busca de um emprego. Uma empresa de petróleo admite-o e ele fica noivo de Thelma. Em 1935, com a nítida preparação alemã para uma guerra, a RAF reestrutura-se e BADER procura os antigos companheiros e as autoridades da Aviação britânica, tendo em vista seu regresso às fileiras. Com a eclosão da guerra (1939), uma verdadeira batalha administrativa trava-se entre os arquivos, opiniões de chefes civis e militares envolvendo “*a papelada*”, carimbos e pastas, ora pendendo pela convocação de BADER, não raro vetando o seu engajamento. A peleja burocrática tinha ritmo lento e, de fato, não havia legislação ou regulamento sobre o tema. Afinal, chega um telegrama assinado por um antigo colega, agora ostentando as estrelas de marechal-do-ar, convocando-o a comparecer ao seu gabinete, onde foi informado da sua recondução à pilotagem nos aguerridos “*Spitfire*” e “*Hurricane*”, após um derradeiro parecer médico. Exultante, corre ao encontro de Thelma, que lhe perguntou se ele perdera o emprego. Com algum “*fair-play*”, a resposta não tardou: – *Não perdi o emprego. Estou recuperando o antigo.* Emocionados, se abraçaram num prolongado silêncio. Após a adaptação aos modernos caças, BADER é confirmado oficial-aviador da ativa (1940) no seu posto e antiguidade de quando foi afastado da RAF, sendo designado para servir no mesmo “*Esquadrão 19*”

de outrora. Iniciou suas atividades patrulhando a Mancha, dando proteção a comboios navais até quando a Grã-Bretanha foi inserida no contexto da Segunda Guerra Mundial, ocasião em que ele estréia participando da sofrida cobertura aérea durante a Retirada de Dunquerque e experimentando os primeiros combates aéreos contra os M-109. Em julho de 1940, W. Churchill analisa a possível “*Batalha da Inglaterra*” (intermináveis combates nos céus de Londres), bem como a invasão do país pelos germanos, já que a “*Batalha da França*” estava encerrada com o país ocupa-



do pelas tropas de Hitler. Os ataques aéreos da Luftwaffe, em cadência cada vez mais freqüente, e com esquadrões de bombardeiros com sólida escolta de caças (a Alemanha possuía cerca de quatro mil aparelhos), martelavam as cidades importantes da costa britânica dia e noite. Os prováveis 400 caças operacionais ingleses alternavam os vôos com a manutenção constante dos aparelhos, no próprio estacionamento do campo de pouso da RAF. Isto fazia crer aos alemães que seus inimigos tinham uma reserva incalculável de caças. BADER mal aceitava que seu grupo ficasse na expectativa quando não era acionado para enfrentar um ataque alemão, no auge da “*Batalha da Inglaterra*” (setembro de 1940), o que só começou a declinar a partir de mês de outubro. Num vôo de rotina, seu esquadrão depara-se com oito “109”,

e ele é atingido. Com muito esforço ele salta de pára-quadras e cai sobre o solo francês ocupado. É recolhido por soldados alemães e transportado para um hospital próximo (agosto de 1941), onde é bem tratado e, indistintamente, admirado pela oficialidade alemã. Com um relacionamento razoável com o pessoal da área médica, argumenta que precisa de uma nova perna mecânica, e o assunto chega ao âmbito do Marechal do Reich Hermann Göring, que autoriza uma solicitação do complexo artefato, via rádio, oferecendo ainda, um “*cabal de passagem*” para o avião que trouxesse o objeto solicitado. Tomando conhecimento dessa providência, BADER responde atrevidamente ao oficial alemão que a RAF não precisa dessas garantias e que o avião lançaria também algumas bombas. O aeródromo próximo ao Hospital sediava um setor comandado pelo General Galland, piloto da Primeira Guerra Mundial. Sabedor da presença de BADER, envia-lhe saudações e manda informá-lo que gostaria de tomar chá com ele. Esclarece que não tentariam obter informações dele, mas ao contrário, considerava-o um camarada, apenas em lados errados... Um cavalheirismo que as guerras modernas não acolhem mais. Passearam pelos bosques que cercam o aeródromo, participaram de um elegante “*five-o-clock tea*” e Galland proporcionou ao adversário a rara oportunidade de se sentar na nacele de um “109” armado, pronto para decolar. O inglês recebeu, ainda, uma lata de fumo para cachimbo.

Finalmente, a RAF despacha num “*Blenheim*”, numa saída normal de bombardeio, a perna protética solicitada. Simultaneamente, BADER preparava uma corda de lençóis para fugir do Hospital, no que foi bem sucedido, saindo pela janela da enferma-

ria e descendo até o pátio. Ali, abriu o grande portão do Hospital, libertando-se. Viu na rua a brasa de um cigarro traçando linhas e curvas vermelhas na escuridão, conforme o combinado com a enfermeira francesa integrante de um grupo de corajosos compatriotas da “*Resistência*”. Foi conduzido a uma residência, onde ficou abrigado, e acompanhou o vôo de “*Blenheim*” a baixa altura, lançando um caixote com a prótese solicitada, mais uns pares de meias, talco, fumo e chocolates. As buscas a BADER intensificaram-se. Vasculharam até a casa onde ele se escondera e ele foi capturado.

Com a evolução do conflito, os prisioneiros de guerra são deslocados para o território alemão, o que não influía na agressividade e atitude de provocação de BADER, sendo várias vezes advertido do risco de reclusão a uma solitária, de corte marcial e até da retirada das suas pernas mecânicas. Depois de cerca de quatro anos infernizantes, BADER desperta um dia com o troar prolongado do canhoneiro aliado muito próximo e, pouco depois, vê os infantis renderem a guarnição alemã da prisão. Era o fim do cativeiro. Regressando a Londres, procura Thelma e recebe a notícia que abatera oficialmente trinta aparelhos inimigos em vôo. Mais tarde, oferecem-lhe o comando do Setor de Caça de North Weald, que ele aceita e, no primeiro dia 15 de setembro, após a vitória – data símbolo da “*Batalha da Inglaterra*” – comanda com muita “*pompa e circunstância*” a famosa revoada de 300 aviões aliados.

Ao desligar-se da RAF, vai trabalhar numa empresa petrolífera e é presenteado com um monomotor “*Percival*”, com o qual viaja a serviço e tanto quanto possível faz vôos de turismo e lazer sempre com a sua Thelma. ■



Enganam-se os que acreditam que as mentiras morrerão e os discursos deixarão de enganar o povo brasileiro. Como nunca a oligarquia que comanda o País está fortalecida, constituindo-se em um governo que alicerça o poder na exclusão da maioria. Essa elite dirigente concluiu que poderá manter eternamente o poder servindo o capital internacional. As realidades a serem equacionadas, para bem entendermos a presente conjuntura, têm que considerar que as forças externas finalmente constituíram um poderoso poder supranacional. A plutocracia internacional, que comanda as instituições internacionais, e os governos das nações desenvolvidas manipulam o elemento cultural, tecnológico, político, financeiro, econômico, diplomático, da inteligência, da comunicação e militar. Dotaram-se de todos os meios de domínio: ideologias, sistemas, processos, métodos e, principalmente, pela desordem sistematizada mantida nas nações subdesenvolvidas pelas oligarquias locais que vivem em privilégio.

Traição

Newton de Góes
Orsini de Castro
Cel.-Av. Ref.

No mundo globalizado encontramos a sede do Poder nos Estados Unidos da América. Referimo-nos a “*Suserania*” que tem a vassalagem de Estados, aparentemente, autônomos.

O Brasil também é totalmente dominado por essa plutocracia internacionalizada que controla a oligarquia local, sendo que esta usufrui, em menor escala, do lucro conseqüente da produção, da circulação e da distribuição de riquezas, em detrimento do povo. Estabeleceram sistemas políticos e jurídicos que garantem o controle social, financeiro e econômico da nação. Só pensam e agem em benefício próprio. Em conseqüência desse posicionamento encontramos a explicação para tanta corrupção. Essa perversão é inerente aos sistemas estabelecidos nos citados países. A fim de raciocinar com a mentalidade dos nossos plutocratas e, principalmente, com a dos oligarcas (pessoas de diversos jaezes), podemos afirmar que julgam que a nação existe somente para se locupletarem.

Como nunca os povos deixaram de fazer parte da nação. Constituem-se eles em massa de manobra internacional trabalhando para manter a infra-estrutura que propicia

o enriquecimento da plutocracia internacional e o bem-estar das oligarquias locais. Os povos das nações desenvolvidas obtêm um maior padrão de vida mas, assim mesmo, são utilizados para atender os desígnios dos que vivem em pleno privilégio. Muitos, pensando que estão servindo à pátria, morrem em longínquos campos de batalha.

Somente fatores supervenientes poderão modificar o nosso cruel destino escolhido por essa coletividade nacional a serviço dos interesses externos. Rica e corrupta, desdenha arrogantemente. Entretanto, essa elite que vive, privilegiadamente, esquece que ao levar o Brasil à plena desordem, muitos pagarão pelas mãos da criminalidade.

A insanidade da nossa elite dirigente julga que as Forças Armadas manterão o País na “*ordem*” quando desejar. Só conhece a História do Brasil. Não quer integrar a realidade nacional ao contexto internacional. Consciência plasmada na irresponsabilidade.

O ex-vice-prefeito da região de Guanxi, no sul da China, foi executado devido a uma condenação por corrupção. Li Chelong, de 48 anos, teria recebido propinas. O político acumulou 16 milhões de yuans (moeda chinesa) recebendo um salário de somente 600 yuans: enriquecimento ilícito. Foi condenado porque não conseguiu comprovar a origem da sua fortuna. O que acontece no Brasil? Senadores, deputados e ministros se acusam de corruptos no Legislativo. No dia seguinte, felizes, eles são fotografados rindo no Congresso Nacional. Têm acobergado enriquecimentos ilícitos, garantindo a impunidade de muitos da nossa oligarquia. Servir à plutocracia internacional garante impunidade aos mais graduados das oligarquias. Quarteto que ficará impune: Malan, Fernando Henrique, Palocci e Lula.

O Presidente Lula “*não sabe de nada da nossa politicagem interna*” enquanto conduz a nossa economia para servir à plutocracia internacional, razão pela qual mantém-se intocável, realidade somente explicável pelo papel que desempenha para os referidos interesses internacionais.

O ex-presidente Clinton, ao ser entrevistado, declarou taxativamente que as únicas nações em desenvolvimento que poderão tornar-se países desenvolvidos são China e Índia. Será que as nossas autoridades não leram e vão continuar cumprindo todas as determinações políticas, financeiras e econômicas dos Estados Unidos da América? Creio que sim, a fim de se manterem em privilégio.

Tudo indica que não haverá ruptura institucional, apesar de nos encontrarmos no mais alto nível de cinismo da nossa oligarquia. Um jornal cúmplice e poderoso, cnicamente, publicou a seguinte verdade: “*E meus filhos começaram a maldizer, ao ver que a democracia era de boca, que as instituições eram oligárquicas e que o País era pilhado pelas ex-vítimas da ditadura.*” ■

CORREIO BRAZILIENSE

OU

ARMAZEM LITERARIO.

VOL. I.

LONDRES:

IMPRESSO POR W. LEWIS, PATERNOSTER-ROW.

1808.

Um perfil do fundador da Imprensa Brasileira

Hipólito da Costa

Fernando Hippolyto da
Costa – Cel. -Av. Ref.

O nome completo é bem extenso, pois à época do seu nascimento era costume registrar o nome da criança incluindo as procedências materna e paterna, homenageando-se até os avós. Destarte, o nome do Fundador da Imprensa Brasileira era grafado da seguinte forma: HIPÓLITO JOSÉ (nome de batismo) DA COSTA (família do pai) PEREIRA (família da mãe) FURTADO DE MENDONÇA (família do pai).

Na certidão de batismo, o nome está grafado como HYPOLITO. Na Inglaterra, era geralmente tratado como Mr. da COSTA. O jornalista também assinava o nome de outras maneiras: HIPOLITO JOSÉ DA COSTA, HYPPOLITO JOSEPH DA COSTA, H. J. da COSTA e HIPÓLITO COSTA. Numa placa de mármore embutida na Igreja de Saint Mary, em Harley, Inglaterra, o nome está gravado como HIPPOLYTO JOSEPH DA COSTA.

Para maior facilidade e simplicidade, os seus biógrafos costumam chamá-lo simplesmente como *HIPÓLITO*.

Hipólito nasceu em 25 de março de 1774, na Colônia do Sacramento, junto ao Rio da Prata, então território ocupado por Portugal, quando o Brasil era considerado uma colônia lusitana.

Seu pai, Felix da Costa Furtado de Mendonça, ali servia como Alferes das tropas reais. A sua mãe, Anna Josepha Pereira, era natural também da Colônia do Sacramento. Era o mais velho dos três filhos do casal Felix/Anna.

Seus estudos iniciais foram em Porto Alegre. Com 24 anos de idade foi diplomado pela Universidade de Coimbra, Portugal (1798), em Filosofia e Bacharelado em Direito.

Três meses decorridos de sua formatura, recebeu do Ministro da Marinha e do Ultramar (Dom Rodrigo de Souza Coutinho), a missão de viajar aos Estados Unidos para estudar, pesquisar e enviar relatórios detalhados sobre diversos assuntos, incluindo agricultura, pesca, mineração, higiene pública e outros de ordem política e administrativa.

Na cidade de Filadélfia, iniciou-se na Maçonaria. Regressando a Lisboa, foi nomeado Diretor da Imprensa Régia (1801) e, no ano seguinte, viajou com destino a Londres, a fim de adquirir livros para a Biblioteca Pública de Lisboa, além de equipamento especializado para a Imprensa Régia. Novamente, fez contatos ostensivos com a Maçonaria, em Londres, chegando a filiar-se à “*Loja Lusitana 184*”.

Prisão e Fuga

No final de julho de 1802, três ou quatro dias após o desembarque em Lisboa, Hipólito foi preso em sua casa, por ordem do famigerado Tribunal da Inquisição.

Corajosamente confirmou pertencer à Maçonaria, mas deixou claro que “*o prendiam por um pretenso crime que, na realidade, seria meramente eclesiástico e não uma violação da lei civil nem de dogmas cristãos*”.

Como os inquisidores não conseguissem que Hipólito delatasse os seus companheiros maçons, ele permaneceu encarcerado durante seis meses, em total confinamento. Nem mesmo o seu irmão mais moço, José Saturnino (Professor, Deputado às Cortes de Lisboa, Senador do

Império e Ministro da Guerra do Gabinete Diogo Feijó), que enviava alimentos ao presidiário, conseguia avistar-se com Hipólito.

A Inquisição era frontalmente inimiga da Maçonaria, e o réu ser brasileiro complicava mais a situação. Da prisão do Santo Ofício ele foi transferido para os cárceres da Inquisição, onde ficou enclausurado num pequeno quarto durante dois anos e meio, sofrendo até torturas.

Então, numa madrugada de agosto de 1805, burlando a vigilância, Hipólito conseguiu fugir do cativo. Conservou-se escondido, nas vizinhanças de Lisboa, por seis meses, protegido pelos seus colegas maçons. Em seguida, cruzou a Espanha, alcançou Gibraltar e rumou definitivamente para a Inglaterra, onde permaneceu até morrer.

Surge o “Correio Braziliense”

Em 1808, com 34 anos de idade, fundou o **CORREIO BRAZILIENSE**, assim denominado em homenagem ao Brasil, e também conhecido

como “*Armazém Literário*”. Foi o *primeiro periódico brasileiro em circulação*, independentemente de censura. Apesar de publicado em Londres, era escrito no idioma português.

A difusão do “*Correio Braziliense*” permaneceu pontualmente todos os meses, desde 1º de junho de 1808 (nº 1) a 1º de dezembro de 1822 (nº 175), agrupados em 29 volumes, sempre circulando a partir do dia 1º de cada mês.

O jornal variava de 72 a 146 páginas, sendo que o exemplar editado em agosto de 1812 chegou a ser impresso com 236 páginas, um autêntico recorde. Pelas dimensões, o referido jornal assemelhava-se mais a um livro de médio tamanho pois, à época, não existia o tamanho padrão que nos acostumamos a ver na atualidade.

Portanto, o jornal foi publicado em 14 anos e 7 meses, totalizando 21.525 páginas. Possuímos a coleção completa, que é uma edição fac-similar, publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, durante o período de 2001 a



Hipólito da Costa é com muita razão cognominado de “*Fundador da Imprensa Brasileira*”. No jornal que ele fundou, o “*Correio Braziliense*”, Hipólito costumava redigir em estilo simples, com espontaneidade, com adequada clareza, para que fosse compreendido pelas camadas menos instruídas.

Mas, nem por isso, deixava de exigir, com arrebatamento, as soluções para com os problemas que afligiam o Brasil, ou então, difundir, com impetuosidade, os seus argumentos e sugestões, pois se achava convicto de que suas idéias e ideais se destinavam, tão-somente, a propiciar o bem-estar da coletividade.

Hipólito foi um escritor de talento, possuidor de vasta cultura, e sempre escrevia sobre sua terra com uma ilimitada visão acerca dos problemas de sua época.

Foi um defensor dos direitos humanos, pois era favorável à abolição da escravidão e um propugnador das liberdades políticas. Inimigo da demagogia e adversário do nepotismo. Um intolerante com a corrupção.

Possuindo as idéias mais avançadas da época, que prevaleciam na Inglaterra (onde residiu por 18 anos) e nos Estados Unidos (onde passou dois anos, a serviço do Reino de Portugal), tornou-se um perspicaz analista político dos fatos que, então, se sucediam.

Como pensador de primeira ordem, Hipólito fez do “*Correio Braziliense*” a sua trincheira de lutas, pelo idealismo sempre voltado à liberdade dos povos. Era tido como “*o mais famoso, temido e influente publicista de seu tempo*”.

Contribuiu, com sua inteligência e pendor para as Letras, para a deflagração da Independência do Brasil, pois teve participação decisiva nesse processo histórico.

Aliás, afirma-se que os dois brasileiros que mais lutaram pela nossa Independência foram: José Bonifácio de Andrada e Silva (chamado “*o Patriarca da Independência*”), discutindo suas idéias no campo político, e Hipólito da Costa, debatendo seu pensamento através da Imprensa, ou seja, do seu “*Correio Braziliense*”.

Os serviços prestados por Hipólito em favor da Pátria são imensuráveis; sem sombra de dúvida, soube amar e honrar a sua terra.

2003, tendo sido o jornalista Alberto Dines o responsável pelo projeto e pela edição.

O jornal era dividido em quatro seções: PO-LÍTICA (a seção mais destacada do informativo); COMÉRCIO E ARTES (publicações referentes ao comércio nacional e internacional); LITERATURA E CIÊNCIAS (informações de novas publicações na Inglaterra e em Portugal; Transcrições de obras científicas ou literárias, com respectivos comentários); e MISCELÂNEA (assuntos diversos, novidades do Brasil e de Portugal, temas polêmicos). Essa seção subdividia-se em duas partes: REFLEXÕES (comentários dos principais acontecimentos) e CORRESPONDÊNCIA (comunicações oriundas dos leitores).

O “*Correio Braziliense*” era, em consequência, muito informativo. Hipólito era o único redator; quando era estampada uma colaboração estranha, publicava-se o nome do autor da matéria. No Brasil, em 1809 (segundo ano da circulação do citado jornal), o “*Correio*” já era proibido de circular, tendo vários números sido apreendidos pela Alfândega do Rio de Janeiro.

O Falecimento do Jornalista

Proclamada a Independência do Brasil, em 1822, e admitida a liberdade de Imprensa, Hipólito resolveu encerrar a sua vida jornalística, pois era de seu desejo o ingresso na carreira diplomática. Não teve a alegria de receber em vida a sua nomeação para Cônsul Geral do Brasil em Londres, pois o ato lavrado nove dias antes da sua morte, somente chegou pela mala diplomática à Inglaterra 40 dias após.

Ele faleceu em 11 de setembro de 1823, com 49 anos, em decorrência de uma moléstia aguda (infecção originada de um distúrbio gastrintestinal), a qual, em apenas seis dias provocou a sua morte.

Seus restos mortais estão sepultados nos jardins do Museu da Imprensa Nacional, em Brasília. Eles foram trasladados da Inglaterra para o Brasil, e a inauguração do novo mausoléu deu-se a 4 de julho de 2001, através de uma tocante e organizadíssima cerimônia, com a presença do Vice-presidente da República Marco Maciel, de muitas autoridades e convidados especiais. ■

Visão dos fatos, em uma época conturbada, nos meados do século XX, após o período do “Estado Novo”, conhecido como ditadura Vargas, bem como posterior à Segunda Guerra Mundial. Seu autor, jovem cadete, com veia jornalística, conseguiu, pouco antes de seu acidente fatal, no ano de 1947, retratar a política brasileira de então, com as cores da modernidade que, indelevelmente, ainda mancham momentos atuais de crises conjunturais e morais da esfera institucional.

Mendicância Moral

Luiz Mestrinho Guasque

Tremenda onda de desagregação moral invade o Brasil no momento atual. É um dos mais deprimentes e escabrosos legados da extinta ditadura Vargas, que nos foi pródiga em exemplos de desonestidade e má-fé. Assistimos a um terrível esquecimento de deveres, a uma avassaladora torrente de esgotamento de caracteres com a sua respectiva subversão. De todos os pontos do País chegam-nos notícias as mais variadas sobre inúmeros e incontestáveis casos de peculato, desinteresse público, perseguições, desvirtuamento de funções governamentais, faltas, enfim, que revoltam e indignam os verdadeiros e sinceros patriotas.

A geração atualmente responsável pelos destinos brasileiros, torna-se claro, falhou no cumprimento de suas obrigações. Senão, vejamos: permitiu a instauração e continuação de um infamante governo ditatorial que reduziu o Brasil às condições de miséria moral e material que atravessamos. Pelo seu reacionarismo e compreensão caolha – é bem verdade que nesses fatos já repartiu a culpa com os componentes de nossa geração, mas o exemplo vem de cima – escolheu entre os dois candidatos realmente disputantes ao pleito presidencial de dois de dezembro, o pior e mais comprometido com o regime derrubado: o atual chefe do governo.

Na economia, na agricultura, na educação, em tudo finalmente, ou avançamos pouco ou estacionamos. Nunca conseguimos o progresso esperado, sendo que em alguns casos até regressão houve.

Não nos adiantará, no entanto, lamentar a sorte. Pertencemos a uma geração mistificada, sacrificada e enfraquecida. Paradoxalmente, porém, a nós cabe a incomensurável tarefa de reerguer e reorganizar o Brasil. Não desesperemos. Nada de desânimos. Somos jovens e com a chegada dos anos teremos tempo de amadurecer nossas opiniões. Quando tivermos a responsabilidade do mando, não repetiremos, porque então, já seremos experientes com os erros e desatinos que os recém-passados e atuais cometeram.

Sigamos com patriotismo os nossos ideais, porque os concretizaremos com orgulhosa glória e com glória orgulhosa do dever cumprido os entregaremos aos nossos pósteros. ■

William Kentridge – *Drawing from History of the Main Complaint*, 1996 - Carvão, pastel sobre papel, 120 x 160 cm



DIGA NÃO à Orçamentação de sua Contribuição

Maj.-Brig.-Méd. R1 Dr. Ricardo Luiz de G. Germano

I – Informações básicas

De acordo com o “*Estatuto dos Militares*”, a assistência à saúde dos mesmos, assim como de seus dependentes, deverá ser provida pelos cofres da “*União Federal*” (Tesouro). Este provimento constitucional é chamado “*fator de custo*”.

Objetivando uma melhor assistência, os militares e pensionistas passaram a fazer uma contribuição mensal que, no caso da Aeronáutica, formou o “*Fundo de Saúde*” para assistência médico-hospitalar complementar ao fator de custo. Essa contribuição sofreu orçamentação a partir de 1989.

Há quatro anos, por ocasião do último aumento no percentual dessa contribuição, uma mínima fração foi destinada à área social, ficando sob gestão da Diretoria de Intendência. Sendo assim, passou-se a usar o termo Fundo de Assistência Médico-Hospitalar e Social.

Considerando-se os custos atuais do Sistema de Saúde do Comando da Aeronáutica, o “*fator de custo*” cobre cerca de 23%, a nossa contribuição (leia-se aí a contribuição regular e os 20% de participação quando do uso) cobre em torno de 54%, sendo que a diferença para 100% é ajudada pelo Fundo Aeronáutico e, em menor participação, pelo Fundo Aeroviário. Com relação às demais Forças Armadas o quadro é similar.

Levando-se em conta essa participação nos custos da Saúde, deve ser notado que o Governo tem dado sinais no sentido de não aumentar ou até diminuir o percentual com que contribui. Em 2002, durante reunião da CPSSMEA com representante do Ministério da Defesa, essa tendência ficou bem clara. (CPSSMEA é a Comissão Permanente dos Serviços de Saúde da Marinha, Exército e Aeronáutica, formada pelos respectivos Diretores de Saúde e tendo como presidente o mais antigo na hierarquia. Essa comissão atua no Ministério da Defesa).

Por outro lado, é importante saber que a orçamentação da contribuição, assim como o pagamento dos 20%, constitui nitidamente o que podemos chamar de “*bi-orçamentação*”, além de enclausurá-los na burocracia dos contingenciamentos,

das limitações de créditos e das limitações financeiras. Essas amarras transformam os recursos arrecadados em uma moeda de menor valor do que teria, se livre das mesmas.

II – Vantagens e desvantagens da não orçamentação

– Vantagens

1. Agilização administrativa, pelo fato de não depender das amarrações burocráticas citadas acima (uma Unidade de Saúde não pode perder a continuidade funcional);

2. Dependendo da solução dada, o Sistema de Saúde não precisará usar empresas intermediárias como “*guarda-chuva*” para a utilização de prestadores de serviços sem SICAF, artifício que burocratiza e aumenta o custo do Sistema;

3. Obtenção de serviço técnico especializado em diversas áreas carentes, de modo direto, sem ferir a legislação e sem obrigatoriedade de intermediário. O fato de ter uma empresa “*guarda-chuva*” não só encarece o sistema, como duplica burocracia, causando insatisfação no prestador de serviço, refletindo, finalmente, na qualidade do atendimento ao usuário;

4. A aquisição/obtenção conseguirá melhores preços, haja vista que os fornecedores sabendo que receberão mais rapidamente, diminuirão suas propostas.

Um especialista no assunto, com certeza, encontrará inúmeras outras vantagens.

– Desvantagens

Não consigo enxergar qualquer desvantagem para as instituições interessadas (Forças Armadas). No entanto, certamente teremos o fenômeno da “*resistência às mudanças*” pela afetação de nichos personalísticos.

III – Caminhos para a não orçamentação

– Via administrativa

Sugerimos um estudo por grupo de trabalho composto por oficiais das três Forças Singulares. Este estudo seria coordenado pelo Ministério da Defesa, tendo as seguintes representações das Forças participantes: Estado-Maior, Comando de Pessoal, Secretaria de Finanças, Diretoria de Saúde e Diretoria de Intendência.

Dentre as opções a serem analisa-

das como soluções, teríamos:

a) Homologação do CD que tem restrições por parte do TCU, mas que resolve em grande parte os efeitos adversos consequentes da orçamentação;

b) Entidade gerencial (Fundação, Associação, OSCIP etc.);

c) Outras opções, que venham a surgir no estudo.

– Via jurídica

Seria a alternativa na ausência de uma solução administrativa. O caminho passa por uma Ação Civil Pública desenhada, através do Ministério Público, pelos contribuintes interessados na não orçamentação.

IV – Resposta antecipada a uma pergunta que surgirá

– Pergunta: O que foi feito pelo autor do artigo, em relação ao assunto, quando o mesmo estava na ativa?

– Resposta: Em 2002, o Comando da Marinha, assessorado pela CPSSMEA, enviou uma solicitação ao Ministério da Defesa, objetivando a não orçamentação da contribuição para assistência médico-hospitalar e social. Na época, o Major-Brigadeiro-Médico Ricardo Germano, como Diretor de Saúde da Aeronáutica, fazia parte da CPSSMEA, sendo o seu presidente. Acompanhamos o processo e verificamos que não houve evolução. Passamos para a reserva sem saber o resultado do mesmo.

V – Mensagem final

Espero que este artigo sirva de esclarecimento para os usuários dos Sistemas de Saúde das Forças Armadas (o número de usuários já ultrapassa 1.000.000), e também como “*brain storm*” para aqueles que venham a estudar o pleito, caso a sugestão seja aceita.

Como interessado, continuarei perseverando na busca de uma solução, objetivando as vantagens da agilização da assistência à Saúde. ■

SIGLAS

CD – Código de Depósito
CPSSMEA – Comissão Permanente dos Serviços de Saúde da Marinha, Exército e Aeronáutica
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
TCU – Tribunal de Contas da União.

Formada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e com mestrado em Odontologia Coletiva pela Universidade Federal Fluminense (UFF), a odontopediatra cearense Izabel Cristina Cabral aposta na integração entre os diversos profissionais da área médica em prol da saúde bucal de crianças e adolescentes. Para ela, o trabalho de prevenção deve começar ainda durante a gestação e ser realizado em conjunto por dentistas, pediatras e ginecologistas.

Em seu consultório, ela atende crianças de zero a 16 anos e, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trabalha com saúde coletiva, recebendo alunos do 1º e 7º períodos das escolas da rede pública de ensino para que se familiarizem com a odontologia social. Nesta entrevista ao Linha Direta Doutor, a Dra. Izabel Cristina comenta a importância de uma boa orientação aos pais, a fim de que as crianças se mantenham saudáveis e se tornem adultos sem problemas dentais mais graves.

Qual a principal função da odontopediatria preventiva?

Este título, prevenção na odontopediatria, deveria até ser revisto, pois, na realidade, a prevenção começa quando o bebê está na barriga da mãe. A gestante é que deve ter este primeiro olhar de prevenção. O dentista generalista que cuida da mãe e, mesmo, o ginecologista que a atende devem orientá-la quanto aos cuidados a serem tomados durante a gravidez.

Que cuidados são esses?

Tudo começa com boa alimentação e manutenção da boa saúde oral da mãe. Porque, se, ao dar à luz, ela tiver muitas cáries e a boca repleta de microorganismos, pode transmitir esses problemas para a criança através da fala, ou de qualquer contato mais próximo com ela. Já existem pesquisas que mostram que a cárie é uma doença infecciosa e transmissível e que essa transmissibilidade é de mãe para filho. Então, a mãe deve estar saudável quando o neném nascer; e o melhor momento para se começar a falar da saúde dele é durante o período de gestação.

Qual a fase mais indicada para a primeira visita ao odontopediatra?

Logo no primeiro ano de vida da criança, mesmo antes de os dentes nascerem, pois quanto mais cedo começar a correta higienização da boca do bebê, melhor. Se a mãe for bem orientada pelo clínico, ela levará o neném para sua primeira consulta, por volta dos seis meses de idade.

E como deve ser feita essa higienização?

Sem exageros. Duas limpezas diárias com uma gaze bem limpa e água filtrada e fervida são suficientes. A amamentação também é muito importante para prevenir quadros futuros de problemas ortodônticos de má formação da mandíbula ou da maxila.

De que forma a amamentação pode ajudar nessa prevenção?

Se a criança for amamentada corretamente, pelo menos até os seis meses de idade, toda essa região

será amadurecida de uma forma ideal. A sucção durante a amamentação tem papel primordial na formação da mandíbula. O bico da mamadeira não é a mesma coisa que o seio materno; não permite a utilização total da musculatura da boca e interfere negativamente no posicionamento da língua. Todas essas informações devem ser passadas às mães pelo clínico, pelo pediatra ou pelo próprio odontopediatra.

O encaminhamento da mãe ou gestante ao odontopediatra é uma prática comum?

Atualmente, os pediatras estão observando muito mais atentamente a boca da criança. Mas essa é uma prática ainda pouco usual, a não ser na rede pública de saúde, em que esse trabalho vem sendo realizado de forma fantástica. O ideal seria que o próprio ginecologista tivesse o hábito de encaminhar a gestante ao dentista, para que ela tomasse os devidos cuidados durante a gestação, ou para uma primeira conversa com o odontopediatra, logo nos primeiros meses de vida do neném.

Então, o ideal é que esses profissionais trabalhem em conjunto?

Certamente. Se a criança conseguir chegar aos quatro anos de idade sem cáries, e isso vem sendo comprovado clinicamente nos consultórios, ela poderá chegar aos 12 com apenas uma restauração. Mas, para que isso aconteça, é necessário um trabalho conjunto de orientação às famílias.

Atualmente existem muitos profissionais especializados em odontopediatria no Brasil?

Não saberia precisar o número, mas esta é uma especialização que começou a ganhar força no País, há cerca de 25 anos. E uma característica comum a todos, certamente, é o amor à profissão. Além de serem também dentistas generalistas, os odontopediatras trabalham muito com educação. É necessário que haja um envolvimento total não só com a criança, mas com toda a família. ■

A close-up, slightly blurred photograph of a person's open mouth, showing a row of bright white teeth. The background is a dark, warm reddish-brown color.

Um novo olhar sobre a

Izabel Cristina Cabral
Odontopediatra

Saúde Bucal



Gerontologia Social

Josué de Castro
Médico, Professor e Escritor.
Membro da Sociedade Brasileira
de Médicos Escritores



**O segredo da
Longa Vida**



A saúde espiritual e a saúde orgânica se relacionam harmonicamente. Viver com uma mente saudável, afastando ódio e ressentimentos, com alegria e sentimentos religiosos, é muito importante. O perdão e a caridade devem estar unidos e presentes. As pessoas que freqüentam a Igreja, segundo estimativas, vivem mais e melhor, com mais saúde. E sempre são mais felizes. Novos estudos sobre neurociências, saúde e fé humana são alentadores. Pensamentos religiosos e práticas cristãs influenciam consideravelmente questões imunológicas, contribuindo para uma vida saudável. Segundo a *Religião do Cérebro*, de Raul Marino Junior, a Bíblia afasta atos pejorativos e exclui até alimentos nocivos ao organismo. Orações inspiram um estado de sublimação dirigido para a família, os pais, os cônjuges, os filhos, os irmãos, em um mundo infinitamente frágil e antagônico, monitorando o estresse da vida. O Santo Papa João Paulo rezava com a família.

Além dos marcadores genéticos, tensões sociais, preocupações, esperanças e realizações contam para uma longa vida. Como as pessoas se relacionam umas com as outras, com a vida e com a morte, também. Um geriatra gaúcho, ordenando grupos de longevidade, em uma pequena cidade situada na serra, com atividades religiosas, musicais, físicas e profissionais desenvolvem muita espiritualidade com folclore e danças. O segredo da felicidade: todos de bem com a vida. Lar de idosos quer dizer proteção aos mais velhos, mesmo ausentes. Os idosos que conservam mais o trabalho e as relações afetivas têm uma vida mais longa, menos tendência às doenças cardíacas e à depressão. Quem trabalha mais, vive mais e melhor. Segundo o Instituto Nacional do Envelhecimento dos Estados Unidos, as populações alcançam extraordinária longevidade conservando bons genes e um estilo de vida saudável. A receita antiestresse: priorizar a Família, ter vida social sem máculas, praticar atividades profissionais e físicas, ter bons hábitos alimentares, não fumar e ter fé, encontrando o verdadeiro sentido da vida. Honrando a Família, a célula básica de uma Nação, significativo prenúncio da felicidade. Mulheres e homens idosos respeitados como líderes espirituais. *“Quando me sinto sozinho, tenho que festejar a vida”* – revela, de coração, um ilustre monge hindu longevo.

Finalmente, qual o segredo da longevidade? Bons genes, excluindo as enfermidades letais que perseguem a Humanidade secularmente, embora se saiba da inexorabilidade da vida. Novas doenças virão, certamen-

te. Ausência do estresse no mundo moderno competitivo, antagônico e traiçoeiro, particularmente com a desumana globalização. No Brasil, infelizmente o seqüestro da produção, os salários aviltados, os bens e negócios lícitos dilapidados por um projeto econômico falso, levando à desigualdade social, à pobreza e à marginalidade. Lembremos um jovem camponês italiano de Sardenha, paraíso da longa vida: *“Colocar o pai ou a mãe em um Asilo de Velhos seria uma desonra para a Família, fecundada, desenvolvida e unida por eles”*.

Gerontologistas modernos admitem uma sobrevida média do homem em torno de 100 a 110 anos nos próximos decênios. Isto seria possível com a extinção da letalidade do mundo atual. Acabando com as doenças infecciosas, imunológicas, psicossomáticas, com o estresse sociogênico e os tóxicos. Com a proteção das ciências através dos infinitos recursos e da magia das células tronco. Evitando-se as vesânicas cósmicas que castigam países ricos que, com exércitos assassinos, invadem nações do Terceiro Mundo em busca de ganhos financeiros; e mais o fim das guerras, do terrorismo, dos crimes, dos assaltos, dos seqüestros, da violência urbana, que promovem desigualdade social; com projetos regulares e eficientes de saúde pública, educação, habitação e emprego. E ainda, com muita fé, e um estado divino de espiritualidade, paz e fraternidade, nós seríamos quase imortais.

No Hospital Geriátrico Santa Maria, em Fortaleza, recebendo as bênçãos do Monsenhor André Camurça, com o qual tenho sublimes laços familiares, nossos clientes exerciam práticas religiosas com inabalável fé cristã e bendita confraternização da família. Alguns com mais de 90 anos de idade apresentavam extraordinária condição psicológica e um estado de espírito que exprime sensações próximas ao paraíso celestial.

Cumprimos nossa nobre missão no Hospital Geriátrico Santa Maria com amor e determinação, sob a égide de Maria, Nossa Senhora e minha Santa Mãe. O Prof. Sergio de Almeida, autoridade nacional reconhecida internacionalmente como Mestre em cirurgia cardíaca, acredita que o homem poderá viver saudavelmente além dos 100 anos de idade.

Eminente Professor da USP, com conhecimentos imensuráveis na Ciência do coração e de sua repercussão circulatória e clínica, nos convida para uma vida com muita paz, generosidade e harmonia dedicada à família, à medicina, aos amigos e à Humanidade, de um modo geral, alcançando grande longevidade, se Deus quiser. Eis o segredo de uma longa vida. Neste ano de 2006 e em outros futuros e infinitos. ■

*Obra de
Lucian Freud
– Man in a
Chair –1983
Óleo
sobre tela,
120,5 x 100,5*



PETRÓLEO:



O preço da incerteza

Joel Mendes Rennó

*Ex-Presidente da Petrobrás (1992-1999)
e da Cia. Vale do Rio Doce (1978-1979)*



Mesmo antes dos devastadores furacões de agosto, setembro e outubro do ano passado, o mercado mundial de petróleo foi submetido a um nível de tensão até então nunca sentido por toda uma geração. O aumento do consumo somado ao lento crescimento na capacidade de produção eliminaram, significativamente, a calma reinante nesse mercado, que segurou o preço do produto e derivados entre 1985 e 2000. O fechamento de plataformas de produção e de refinarias, por causa da passagem dos furacões Katrina, Rita e Wilma, nos meses citados, agravou a situação ainda mais. As conseqüências foram o aumento acentuado do preço do petróleo e a diminuição da capacidade de refino, que fizeram quase dobrar o preço dos derivados do produto nos EUA, maior consumidor mundial (21 milhões de barris por dia).

O aumento dos preços do barril de petróleo tem sido persistente desde 2002, na medida em que o crescimento global do consumo absorve, progressivamente, milhões de barris excedentes produzidos por dia. Qualquer incremento na demanda ou diminuição na produção de um produto com preços tão inelásticos, num curto prazo, como é o caso do petróleo, se reflete imediatamente em súbito aumento do preço. Esses aumentos causam um impacto direto no poder aquisitivo dos consumidores. Apesar da expansão econômica global estar atravessando período de estabilidade, qualquer súbito aumento nos preços de energia configura mais dificuldades a serem enfrentadas. Nos EUA, no Japão e em outras partes, os efeitos do crescimento econômico seriam muito mais positivos, caso o petróleo tivesse diminuído de importância como matriz energética, a partir da década de 1970.

Como foi possível chegar a uma situação em que o equilíbrio entre oferta e demanda ficasse

tão vulnerável, a ponto de fatores climáticos, sem mencionar atos de sabotagem, terrorismo ou revoltas localizadas, causarem tão fortes impactos na economia global? Mesmo fenômenos climáticos de grandes proporções, como os furacões do ano passado, se tivessem ocorrido anteriormente, em décadas de plena produção, seus efeitos não teriam sido tão marcantes, se os produtores tivessem colocado os excedentes da produção no mercado ou ativassem a capacidade ociosa das refinarias.

Até 1952, a produção de petróleo nos EUA (da qual 44%, obtidos no Texas) respondia por mais da metade da produção mundial. A grande capacidade de produção do Texas serviu para conter o impacto no preço, após a nacionalização do petróleo iraniano, há cerca de cinquenta anos. Mais tarde, o excedente da produção americana foi liberado para conter a pressão no preço, durante a crise do Canal de Suez, em 1956, e na Guerra Árabe-Israelense, em 1967.

O controle de qualquer recurso, quando concentrado na mão de alguns poucos produtores, promove, naturalmente, o surgimento de problemas. Neste caso, a histórica função terminou em 1971, quando toda a produção excedente dos EUA foi absorvida pelo aumento mundial da demanda. Naquela ocasião, a cotação do preço marginal do petróleo, que por tanto tempo foi controlado por companhias internacionais, predominantemente americanas, subitamente passou a ser controlado por alguns grandes produtores do Oriente Médio e de outros mercados potenciais.

Aconteceu, na oportunidade, o efeito OPEP, organização criada no início dos anos 60, mas que só mostrou a sua inegável força nas décadas seguintes.

A fim de capitalizar esta nova condição, muitas nações, especialmente do Oriente Médio, nacionalizaram suas companhias de petróleo. Porém, a capacidade dessas companhias nacionalizadas de estabelecerem preços, só se tornou evidente após o embargo do petróleo em 1973. Durante aquele período, a cotação do óleo no terminal de Ras Tanura, na Arábia Saudita, subiu para mais de US\$ 11 o barril, preço significativamente superior ao anterior, de US\$ 1,80 por barril, que permaneceu inalterado de 1961 até 1970. A crise seguinte

ocorreu durante a Revolução Iraniana, em 1979, elevando o preço do barril a US\$ 39 em fevereiro de 1981 (US\$ 75 por barril a preços atuais).

Os altos preços alcançados nos anos 70 encerraram abruptamente o extraordinário crescimento dos EUA e de outras importantes nações, nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. Desde que os preços do petróleo subiram mais de dez vezes entre 1972 e 1981, o consumo mundial de petróleo por dólar real equivalente ao PIB global declinou cerca de um terço.

Muito desse declínio se deveu ao crescimento na formação do PIB dos setores de prestação de serviços, tecnologia e da contribuição de indústrias menos dependentes de petróleo. Parte deste declínio foi obtido, também, porque setores da economia desenvolveram esforços e medidas para economizar energia, como, por exemplo, pela introdução de melhoramentos no isolamento térmico industrial, comercial e doméstico, automóveis ou outros veículos mais econômicos e processos de produção mais modernos e eficientes.

O Japão, que até bem pouco tempo era o segundo maior consumidor mundial de petróleo (hoje superado pela China), atingido pela alta do preço e sem produção própria, diminuiu consideravelmente o consumo nacional, tendo-se reduzido pela metade a relação entre o consumo e o PIB, naquele país.

Em 1979, havia projeções mostrando que o preço real do barril chegaria a US\$ 60 por volta de 1995 – o que equivaleria atualmente a mais de US\$ 120 por barril.

Hoje em dia, apesar dos últimos aumentos, o preço médio do petróleo, em termos reais, se encontra ainda abaixo do pico ocorrido em fevereiro de 1981. Além do mais, o petróleo perdeu muito de sua capacidade como promotor do PIB global, como o foi há trinta anos. Hoje, apesar dos consideráveis aumentos, percebe-se que estes não causam mais o mesmo impacto na atividade econômica, como ocorreu na década de 1970.

Além da temida queda na produção, que promove o imediato aumento do preço do barril, a capacidade global de refino tornou-se uma preocupação a mais. Nas últimas décadas, a capacidade de refino não acompanhou o aumento da produção.



A expansão e a modernização de refinarias não estão evoluindo consistentemente, no mundo. Nos EUA, por exemplo, nenhuma nova refinaria foi construída desde 1976. No Brasil, a última refinaria construída entrou em operação há cerca de 30 anos. A capacidade de refino moderniza-se lentamente, enquanto as atividades de exploração e de desenvolvimento da produção acontecem de forma mais rápida.

A produção, a demanda e a perspectiva dos preços do petróleo continuarão, sem dúvida, a gerar preocupações legítimas em longo prazo. Se a história nos serve de lição, caso os preços altos se mantenham, o consumo contínuo de energia cairá comparativamente ao PIB. No rastro dos pronunciados aumentos, a dependência da economia americana de petróleo, o maior consumidor mundial, foi reduzida pela metade desde o início dos anos 1970.

Não se pode julgar, com toda certeza, quais serão as possibilidades tecnológicas no futuro, porém é possível assegurar que o desenvolvimento do mercado de energia será fator determinante para o êxito econômico das nações, em longo prazo. A experiência dos últimos cinquenta anos – e até antes disso, destaca que as forças de mercado exercem papel fundamental na conservação dos recursos escassos de energia, direcionando sua utilização para as atividades mais valiosas. Entretanto, é oportuno lembrar que a disponibilidade da capacidade produtiva estará também sujeita a influências extramercado e a considerações de natureza política.

As questões energéticas são bastante suscep-

tíveis ao ambiente político. A concentração de recursos energéticos em regiões politicamente instáveis é uma preocupação. Espera-se que estas e outras preocupações não prejudiquem o funcionamento do mercado.

Aperfeiçoamentos tecnológicos e mudanças em curso na estrutura da atividade econômica continuam a reduzir a intensidade do uso de energia nos países altamente industrializados. Presume-se que os últimos aumentos do preço do barril acelerarão o ritmo de substituição desse energético. O petróleo será substituído por outras fontes energéticas mais baratas, antes que as atuais reservas se esgotem. De fato, assim como o petróleo substituiu o carvão, apesar de ainda existirem grandes reservas inexploradas deste produto, o carvão substituiu, na sua época, a madeira, sem que se destruísse a maioria das reservas florestais.

É bem provável que, antes da metade deste século 21, tenha início a transição para as próximas grandes fontes de energia, na medida em que ocorrerem picos na produção das reservas de petróleo hoje conhecidas. Na verdade, o desenvolvimento e a utilização de novas fontes de energia já estão ocorrendo. Não obstante, a transição leva tempo. Por isso, nós e o resto do mundo ainda teremos que conviver, por um bom período, com as incertezas geopolíticas do mercado de petróleo.

No Brasil, em que pese a circunstância de virmos a produzir, brevemente, todo o petróleo de que necessitamos, é da maior importância que esta atividade seja administrada de forma empresarial, sem ingerências político-partidárias. ■

Obra de Janine Antoni – Loving Care, 1992. Tinta de cabelo Loving Care, preto natural. Performance “Encharquei o meu cabelo em tinta e esfreguei o chão com ele”



Luiz Carlos Rodrigues
Cel. -Av. R1
Piloto de Prova Chefe da Embraer

A busca da

Tranqüilidade: mantê-la sempre!

Nas relações humanas, nascem reações e sentimentos espontâneos, em que afloram a grandiosidade e a beleza do dar sem pensar em retribuição, do socorrer sem pensar nos riscos.

Estávamos no final da década de setenta e, no Centro Técnico Aeroespacial, trabalhávamos duro nas atividades de ensaios em vôo.

Uma aeronave Bandeirante C-95 realizava uma missão de ensaio em vôo, nas proximidades de Ilhabela, litoral norte de São Paulo. Voávamos com céu claro, no topo das nuvens, pois a Serra do Mar e o litoral estavam completamente encobertos. A cobertura de nuvens estava praticamente cerrada, de Santos até ao Rio de Janeiro. Chovia em toda esta extensão de litoral, principalmente no Rio de Janeiro.

O centro de controle solicitou que trocássemos para a frequência de rádio de emergência, pois havia uma aeronave solicitando socorro na nossa área.

Ao passarmos para a nova frequência, percebemos que estava havendo comunicação de outra aeronave com a aeronave em situação de emergência.

A aeronave em emergência, um monomotor do Aeroclube de Jacarepaguá, tinha emitido um pedido de socorro por estar sem conhecimento de sua posição. Não sabia como retornar ao Aeroporto de Jacarepaguá; ela estava perdida. Tratava-se de uma aeronave do tipo Uirapuru.

A outra aeronave que prestava apoio voava, como nós, no topo da camada, fazendo a rota Rio de Janeiro-São José dos Campos. Era uma aeronave bimotora, do tipo Xingu.

O monomotor reportava estar sobre o mar, com baixa visibilidade e forte chuva.

– *Companheiro, confirme a quantidade*

de de combustível – perguntou o piloto do Xingu.

– *Tenho, aproximadamente, trinta minutos de combustível* – respondeu o Uirapuru.

– *Mantenha a calma e tente passar a camada de nuvens, subindo para que o radar obtenha contato* – sugeriu o Xingu.

– *Este é o meu primeiro vôo solo; decolei de Jacarepaguá e já estou com uma hora e meia voadas. Não estou autorizado a voar por instrumento e mantere o vôo visual sobre o mar* – argumentou o Uirapuru.

Grande decisão, eu constatei no comando do Bandeirante. O piloto era inexperiente, porém muito disciplinado. Se entras-

liarizado com o Rio de Janeiro.

Neste momento, o engenheiro que compunha a tripulação do Bandeirante argumentou ser melhor interrompermos o ensaio e auxiliar na busca.

Divisamos um pequeno buraco nas nuvens, abaixo de nós, e, através dele, vimos a água do mar.

A estratégia era voarmos, a baixa altitude, pelo litoral, em direção ao Rio de Janeiro. A probabilidade era maior naquela direção, devido ao tipo de aeronave perdida e a pouca experiência do piloto.

Quando passamos para baixo das nuvens, diminuiu a visibilidade, com chuva esparsa, naquela região.



se em nuvem, sem conhecimento das técnicas para vôo por instrumentos, poderia perder o controle da aeronave e cair no mar.

– *Positivo! Mantenha-se visual e confirme se vê alguma referência no mar ou no litoral* – solicitou o Xingu.

– *Estou vendo navios próximos ao litoral* – respondeu.

A rota Santos-Rio de Janeiro é muito intensa em movimento de navios, mas afastados da costa. Como o piloto era capaz de ver o litoral e os navios com uma visibilidade baixa, estaria, provavelmente, próximo a Angra dos Reis, onde há um terminal para carregamento marítimo de minério de ferro. Ou estaria na entrada do Porto de Santos? Pouco provável, para um vôo solo de monomotor. Ou seria na entrada da Baía da Guanabara? Nem pensar. O piloto era fami-

Naquela posição, só ouvíamos a aeronave Xingu, donde concluímos que a aeronave perdida estaria na direção do Rio de Janeiro. A ponta da serra do mar estava obstruindo a transmissão da aeronave perdida.

Após Ubatuba, onde há uma mudança de proa para mantermos a linha da costa, passamos a ouvir novamente o Uirapuru.

Entre Ubatuba e Angra dos Reis, pegamos uma chuva forte que durou, aproximadamente, cinco minutos. Era acompanhada de turbulência forte e a visibilidade baixou muito, sendo necessária uma diminuição da altura e manutenção visual sobre a areia da praia.

À medida que nos aproximávamos de Angra dos Reis, melhorava a clareza e intensidade da transmissão da aeronave perdida. Estávamos nos aproximando dela.



Aeronave Perdida

Mal havíamos passado a chuva forte, o engenheiro de ensaios avistou uma aeronave vindo em sentido contrário, quase no mesmo nível.

– *Estou avistando uma aeronave* – exclamou eufórico o Uirapuru.

– *Somos nós* – respondi do Bandeirante.

Tivemos sorte na fase de busca, pensei. Agora, precisávamos levar a aeronave para um pouso seguro.

Estávamos de dez a quinze minutos de Ubatuba e, apesar do trecho de chuva forte, a condição de operação visual do aeródromo era conhecida, pois havíamos passado por lá.

A serra, na direção do Aeródromo de Angra dos Reis, estava com visibilidade

pois acabamos de passar por ela. A visibilidade ficará baixa por cinco minutos, mas mantenha-se sobre a praia. Se o motor parar, pouse na areia – passamos a instrução.

– Entendi, mantenho sobre a praia.

A nossa preocupação agora era com a quantidade de combustível. A estimativa era de quinze minutos e tínhamos cerca de quinze minutos de vôo até o destino. As luzes de navegação ligadas auxiliaram, sobremaneira, a manutenção do Uirapuru, à vista todo o tempo.

Nunca o tempo demorou tanto a passar.

Finalmente, passamos a chuva forte e avistamos Ubatuba.

– *A pista de Ubatuba é na pequena en-*

– Mantere em solo e muito obrigado pela ajuda – respondeu o piloto do Uirapuru.

– *De nada, haverá sempre uma aeronave, no ar, predisposta para prestar ajuda à outra aeronave* – respondi.

Sobrevoamos o Aeródromo de Ubatuba e subimos para contatar o Centro Brasília. Informamos o pouso da aeronave perdida, pedimos para informar o Aero clube de Jacarepaguá e retornamos para São José dos Campos.

Depois do pouso, em São José dos Campos, percebemos que nenhum nome havia sido dito em nenhuma fase do vôo. Foi uma fase “*anônima*” de vôo, onde a ajuda foi prestada de pronto, sem saber para quem ou quanto custaria.

Nisto, volto ao início deste texto. Nós, humanos, temos magníficos códigos de conduta, onde pautam a preservação da vida. Nenhum homem caído na rua fica sem a ajuda dos outros que ali passam. Nenhum homem caído no mar fica sem ajuda de qualquer embarcação passante. Nenhuma aeronave em perigo fica sem o apoio de outras aeronaves voando nas proximidades ou estando na mesma frequência de comunicação.

Não sabemos o destino daquele jovem piloto, mas guardamos uma grata recordação de sua frieza nas decisões tomadas naquela ocasião. Não teve receio de pedir ajuda pelo rádio. Humildade, que alguns pilotos veteranos não tiveram em casos conhecidos.

Teve a disciplina e coragem de reconhecer as suas limitações, mantendo o vôo visual, mesmo sabendo que um pouquinho mais alto o radar poderia contatá-lo. Confiou todo o tempo nas orientações dadas, mesmo com o combustível acabando. Manteve sempre a TRANQUILIDADE.

Onde você estiver, caro companheiro, receba um caloroso abraço. Sempre, como no passado, presente e futuro, há de prevalecer o companheirismo e a solidariedade dos aviadores. ■



praticamente nula, pela intensidade da chuva. Para Jacarepaguá, nem pensar, pois não sabíamos as condições meteorológicas. Entretanto, se o piloto se perdera por lá, bom lá não estava.

Decisão: fazer o pouso em Ubatuba.

– *Companheiro, parabéns pela decisão tomada ao pedir ajuda, e por manter o vôo visual. Vamos orientá-lo, para pousar em Ubatuba.*

– *Afirmativo, onde estão vocês?* – perguntou o Uirapuru.

– *Atrás de você, mantenha visual sobre a praia, confirme a quantidade de combustível* – perguntei.

– *Estimo mais quinze minutos de combustível* – respondeu.

– *Ubatuba está aberto visual e passaremos por uma chuva forte. Não se preocupe,*

seada da direita e é perpendicular ao mar – orientamos do Bandeirante.

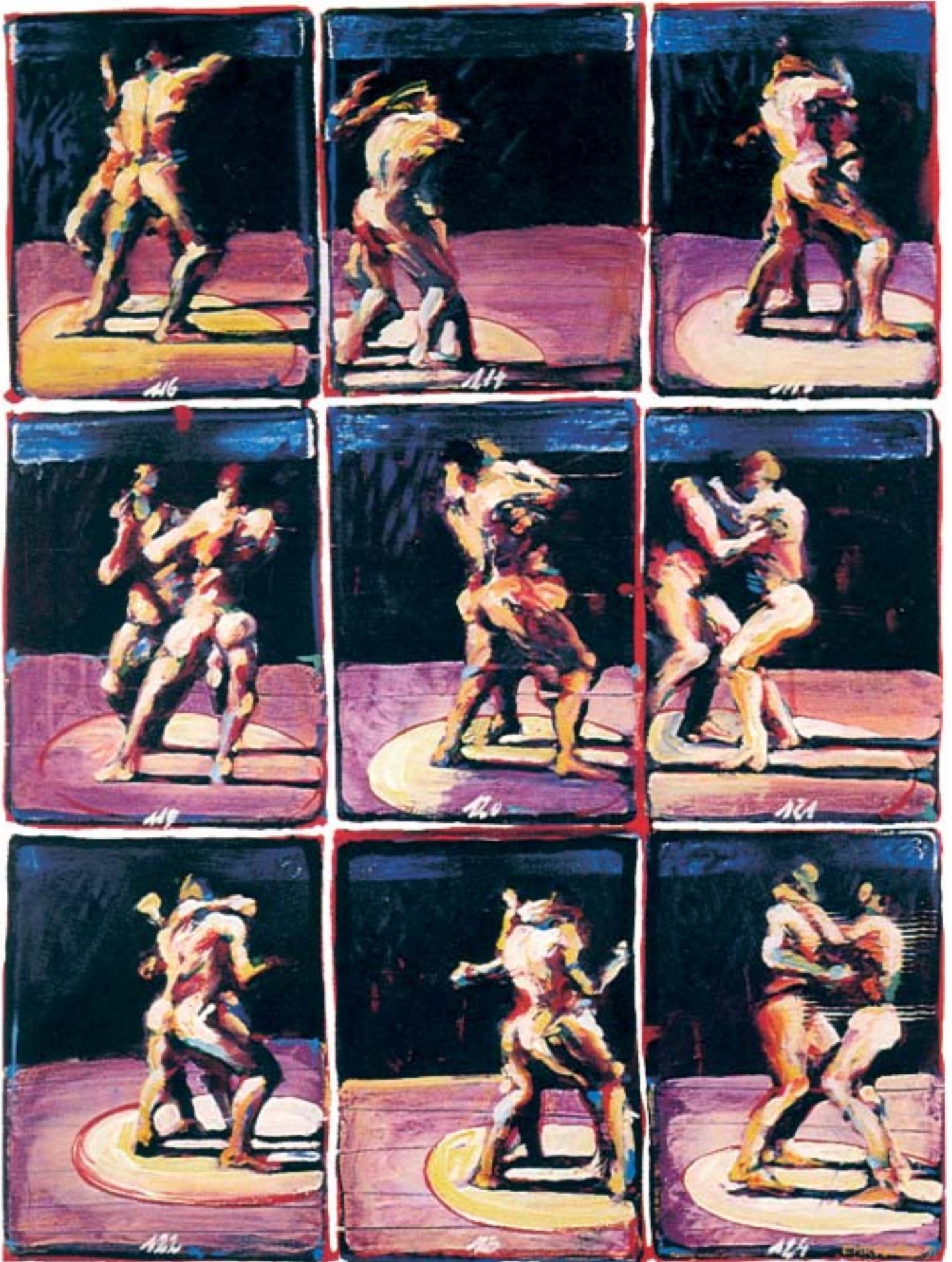
– *Afirmativo, estou avistando a pista* – respondeu.

– *Mantenha-se alto e faça o pouso na direção do mar.*

Planejamos desta maneira, pois se o motor parasse em qualquer das posições, a partir daquele momento, uma aproximação planada seria possível para um pouso seguro. Caso entrasse alto na pista sugerida, pousaria no mar. Ao contrário, poderia colidir com a serra.

Felizmente, após todas as apreensões, a aeronave fez um pouso normal.

– *Parabéns, novamente, pelas decisões tomadas. Não decole daí, pois informaremos seu pouso ao Centro Brasília e alguém do aeroclube virá buscá-lo.*



Estado e Direito

Historicamente, duas diferentes doutrinas sobre a relação entre o Estado e o Direito evoluíram, em relativa situação de aproximado paralelismo, buscando explicar a gênese da concepção jurídico-legal do Direito, em contraposição à efetiva realidade político-formal do Estado: a doutrina dualista e a doutrina pluralista.

A primeira, de natureza **dual**, simplesmente afirma tratar-se o Estado e o Direito de duas realidades distintas desprovidas estas de qualquer forma relacional e plenamente independentes, ao passo que a segunda, de natureza **plural**, defende tese oposta, segundo a qual o Direito é sempre resultado da sociedade (e dos agrupamentos coletivos) e das instituições públicas e sócio-políticas – ainda que primitivas e iniciais – que necessariamente a compõem.

De fato, não obstante a insistência perpetuadora de alguns adeptos da primeira linha de pensamento (muito mais fundamentada em concepções filosóficas, religiosas e mesmo mitológicas do que propriamente realistas), a corrente pluralista tem demonstrado, de forma cada vez mais categórica, sua base científica, mesmo desde os primórdios da Antigüidade Clássica.

Aristóteles (385-322 a. C.), discípulo de Platão, já afirmava que o Estado era o elemento fundamental para prover as condições para a ordem perfeita (“*nomos*”) e a lei, o instrumento para a racionalização desta. Hobbes (1588-1679) já apregoava o Direito como produto do Estado para proteger os cidadãos contra inimigos externos e discórdias internas. Rousseau (1712-1778), traduzindo o Estado através de um contrato social, defendia o Direito como mecanismo de conciliação entre a vontade individual e o bem coletivo. Montesquieu (1689-1775) interpretava o Estado, simplesmente, como o “*sujeito que estabelece normas*”. Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920), H. Levy-Bruhl (1857-1939) e R. Pound (1870-1964), por sua vez, creditavam ao Estado a natureza institucional, associando o Direito como elemento, respectivamente, de conexão com a coação organizada, disposição da ordem coercitiva, de criação de normas obrigatórias e de controle do processo de reco-

nhecimento e realização das necessidades humanas.

É importante consignar, consoante lição de Luís Mir (In: Guerra Civil, Geração Ed., São Paulo, 2004, p. 186 em diante) que o Direito é considerado um fenômeno verificável em todas as organizações sociais que, a exemplo do Estado, se constituem em verdadeiros centros de produção de normas, até porque “ubi societas, ibi jus” (onde houver sociedade haverá Direito).

Por outro prisma, não há como deixar de reconhecer que formas elementares de Direito não somente regulavam (como ainda regulam, mesmo que excepcionalmente) agrupamentos sociais básicos e a sociedade primitiva, muito antes do advento das sociedades complexas, das Nações e, por via de consequência, do próprio Estado, como também continuam, sob certo aspecto, a regular condutas de organização comportamental interna e externa de grupos paraestatais e mesmo, em algum grau, de indivíduos isolados.

Tal afirmação, vale esclarecer, encontra, entretanto, muito mais de sua verdade na irrefutável constatação de que o Direito se constitui em uma inexorável realidade ficcional – necessitando pois, sempre, e em qualquer hipótese, da existência concreta de um elemento garantidor, dotado de capacidade real de transformar o Direito originariamente abstrato (teórico) em um Direito concreto e efetivo (pragmático) – do que propriamente na pseudo-ideia de que possam existir (de forma permanente) entidades geradoras de Direito concorrendo diretamente com o Estado. Deve-se considerar que, como bem adverte Hans Kelsen (1881-1973), em sua consagrada obra *Teoria Pura do Direito* (Reine Rechtslehre), em grande medida, a realidade do Estado se confunde com a própria realidade do Direito, fazendo com que a força operativa do Estado e a vigência das leis que o mesmo edita criem o denominado “*constrangimento organizado*” (fruto da exteriorização do poder soberano) e a chamada ordem jurídica dotada de caráter de organização totalizante, em que o território estatal passa a ser um simples âmbito geográfico de aplicação espacial da lei, ao passo que o povo, uma mera esfera de aplicação pessoal da lei.

Portanto, quando grupos paraestatais (ou mesmo, excepcionalmente, indivíduos isolados) competem com o poder normativo, inerente ao Estado, o que existe, em essência, é o início (ou mesmo a consolidação) de um genuíno “Estado Paralelo”, em um processo dialético de confronto, cujo resultado será, necessariamente (ainda que

Reis Friede

Desembargador Federal e Professor Adjunto da Faculdade de Direito/UFRJ, é Mestre e Doutor em Direito e Autor, dentre outras, da obra “Curso de Ciência Política e de T.G.E.: Teoria Constitucional e Relações Internacionais”, Forense Universitária

Obra de Ehrhard Le Combat de Jacob, 1991 - Óleo sobre tela, 131 x 92 cm

sem um lapso temporal totalmente previsível), a substituição do Estado Oficial (existente) pelo (novo) Estado Paralelo (caso clássico da Alemanha no final da década de 20 e início dos anos 30, do século anterior, quando o Estado Oficial deu lugar ao Estado Nazista) ou, ao reverso, a sua absorção, com a conseqüente descaracterização (ou mesmo efetiva destruição) do mesmo (como é o caso da ampla maioria dos Estados contemporâneos consolidados, especialmente no chamado Primeiro Mundo).

No que concerne, por outro lado, à indiscutível existência do Direito em sociedades anteriores ao advento de Estado – e mesmo em Nações dotadas ou não de territórios – é cediço concluir quanto à incontestável direção evolutiva destas coletividades sociais na futura construção político-estrutural do Estado (como é o caso clássico da Palestina). Neste sentido, resta oportuno consignar a idéia aristotélica de uma autêntica organização teleológica das comunidades naturais: “a Cidade (Estado) é o fim de todas as comunidades naturais” (Pol. I, 2).

Ainda assim, é correto afirmar que, com o advento do Estado, na qualidade de ente coletivo último, resultante do processo evolutivo dos agrupamentos sociais humanos (considerando a própria impossibilidade fática de sobrevivência isolada – solitária – do ser humano), o Direito, não obstante a aparente diversidade de suas pretensas ordens jurídicas (infra-estatal/sociedades civis de modo geral, supra-estatal/organismos internacionais, paraestatal/contrária à ordem estatal oficial e mesmo transestatal/indiferente à ordem estatal oficial), sempre se efetiva como conseqüência do mesmo, ainda que possa, eventualmente, se exteriorizar (temporariamente) de forma diversa e paralela em relação ao próprio ente estatal oficial.

Tal fato, cumpre esclarecer, decorre da sinérgica existência do terceiro elemento constitutivo do Estado, ou seja, a soberania (em seu aspecto substantivo), que encerra, em sua vertente exteriorizante, a própria concepção estrutural do Estado e do poder originário constituinte, na qualidade de derradeiro responsável pela sua caracterização existencial e funcional.

Resta evidente, por outro lado, que a temporariedade relativamente à exteriorização de um reconhecido direito paralelo, especialmente de natureza paraestatal, concorrendo diretamente com o direito estatal (e, em alguns casos, até mesmo desafiando a ordem jurídico-política oficial), depende, sobretudo, da capacidade efetiva de projeção da soberania (e de seu conseqüente poder de concreção) do Estado, na exata medida que, em sendo a soberania um conceito meramente abstrato, somente através da exteriorização de característicos elementos de força (militar, econômica, política e psicossocial) é verdadeiramente possível a efetiva e concreta existência do Estado como genuína realidade político-jurídica.

Não é por outro motivo que Alessandro Groppali (In: *Doutrina dello Stato*) afirma textualmente que, através do poder soberano (“*superanus, supremitas, supremacia*”), o Estado se impôs como entidade dotada de poder incontestável, assegurando, para si, com plena hegemonia, o monopólio exclusivo da criação da normatividade jurídica.

“As normas que qualquer outra sociedade expedir para sua própria organização e funcionamento são de caráter meramente social, e somente se tornam jurídicas quando reconhecidas pelo Estado ou admitidas na ordem jurídica estatal. Os grupos sociais minoritários que existem no Estado podem ser regulados por um código próprio de normas, mas estas somente serão consideradas como ordens jurídicas válidas apenas no âmbito interno, pois, se observadas do lado de fora, isto é, do ponto de vista da ordem estatal, ficam imediatamente privadas de autonomia. Se forem contrárias à ordem jurídica estatal, serão eliminadas.” (...)

(...) “Mesmo uma empresa criminosa organizada, denominada ‘*societas sceleris*’, pode apresentar uma hierarquia com especificação de direitos e deveres, e suas normas podem, até, ser análogas às normas do Estado, mas nunca serão idênticas, pois não são verdadeiras. Autênticas normas jurídicas são o contrário disso: seus membros agem em aberto contraste com a ordem jurídica que tutela um determinado conjunto de valores sociais.” (Alessandro Groppali. In: *Doutrina dello Stato*).

Concepção Filosófica do Direito e sua Relação com o Estado

Não obstante a relativa primazia, no seio da doutrina pluralista, da concepção política de poder soberano, afirmando o Estado como entidade criadora do Direito (positivo), sob a ótica técnico-jurídica, não podemos deixar de registrar a existência de uma concepção interpretativa, de nítida feição filosófica, que traduz o fenômeno jurídico em relativa contraposição, como uma espécie de “*freio e contra-peso*” ao próprio poder estatal.

Esta concepção ideológica que, de maneira simplificada, percebe o Direito como instrumento de oposição ao pretense “*poder imperial*” do Estado, ignora, todavia, os vícios de sua própria origem histórica, qual seja: a luta dos agrupamentos humanos organizados dentro do Estado, mormente na Europa absolutista, contra o poder imperial do Rei (governante), fundado, por sua vez, na concepção vigente à época, naquele continente, relativamente à chamada soberania teocrática.



Por efeito conseqüente, toda a construção filosófica de um pretensão Direito contra o Estado (e não produzido pelo mesmo) foi (e, em outras situações, continua a ser) cunhada muito mais para respaldar ideologicamente a “*derrubada*” de um regime político do que propriamente para afirmar a possibilidade da existência de um Direito, genuinamente legítimo e forjado por um indivíduo ou um grupo de indivíduos – o que se coaduna mais próximo da realidade pertencente a um Estado, em inexorável contraposição político-jurídica ao mesmo, sem a intenção (direta ou indireta) de, na coexistência temporal de Direitos antagônicos (o estatal oficial e o grupal, ou mesmo individual, forjar um novo Estado substitutivo ao oficialmente existente).

Não podemos nos esquecer de que todos os direitos fundamentais individuais (e as liberdades públicas de modo mais amplo) encontram-se assegurados no que convencionamos chamar de Constituição que, em linguagem simples, nada mais é do que a

declaração última de conclusão da construção do próprio Estado, obra derradeira do denominado Poder Constituinte, na qualidade de expressão máxima da soberania nacional.

Portanto, é o próprio Estado, através de sua inerente normatividade, que assegura, em última instância, os direitos individuais, afirmando os limites de atuação do poder público governamental em sentido amplo (ações executivas, legislativas e jurisdicionais) em relação aos seus cidadãos (nacionais) e, eventualmente, aos estrangeiros em seu território geográfico.

“A expressão Direitos Constitucionais Fundamentais se refere, sobretudo, a uma ideologia política de determinada ordem jurídica e a uma concepção de vida e do mundo histórico, designando, no Direito Positivo, o conjunto de prerrogativas que se concretizam para a garantia da convivência social digna, livre e igual da pessoa humana na estrutura e organização do Estado.” (Pinto Ferreira. In: *Manual de Direito Constitucional*, p. 52) ■



NOTAS COMPLEMENTARES:

1. Estados Paralelos Transnacionais e Transideológicos

É de considerar, em necessário acréscimo, que nem sempre o objetivo último dos grupos paraestatais ou mesmo transestatais é a “*derrubada*” formal do Estado oficial (e de seu conseqüente Direito positivo) para, em seu lugar, construir, na mesma extensão do âmbito espacial (território geográfico em sua totalidade) e pessoal (somatório dos nacionais – povo – um novo Estado, em sua plenitude estrutural).

Muito pelo contrário, contemporaneamente, estes grupos, de nítida feição transideológica e transnacional, buscam, de um modo diametralmente diverso de outros movimentos típicos da realidade dos séculos XIX e XX, a obtenção de uma soberania restrita a uma dimensão territorial reduzida (porém compreendida nas fronteiras do território estatal oficial) e a uma igualmente dimensão pessoal reduzida (apenas sobre uma parcela populacional existente no território restrito ou de interesse específico), procurando estabelecer, nesse contexto, a caracterização efetiva de um autêntico “*Estado Paralelo*”, em que seja possível o exercício pleno de um correspondente “*Direito Paralelo*”.

(Sem precisar citar diretamente a situação da Colômbia, em que, há mais de 40 anos, grupos paramilitares (como as FARC) controlam parcela expressiva do território estatal e da população local, exercendo – como se Estado fosse – a primazia dos poderes inerentes à soberania, dentre as quais a edição das leis, vale mencionar a própria situação da cidade do Rio de Janeiro, onde a ausência, pelo menos parcial, do Estado oficial tem viabilizado a caracterização estrutural de verdadeiros territórios (fragmentados), em que a população local é regida por leis paralelas que têm permitido não somente a edição de normas administrativas próprias de postura municipal – v. g. cotas (gabarito) de construção civil – passando pela exploração paralela de serviços públicos, até à criação de órgão policial e judicante, inclusive com permissivo legal-constitucional de execução de pena de morte.)

Esta realidade, resta registrar, é típica do que se convencionou denominar por Estados Fracos (dotados de regimes políticos não plenamente consolidados), em que a efetivação do poder inerente à soberania ainda não ocorreu (ou jamais ocorrerá), forçando um Direito de exteriorização meramente ficcional.

(...) “Os danos são evidentes (relativamente à instalação do ‘Estado Paralelo’ nas favelas cariocas). Principalmente no que tange à segurança pública. Como esses locais se transformaram em trincheiras, com toda a dificuldade de acesso e monitoramento, a polícia não consegue desencastelar os bandidos. As explosões de violência são previsíveis e toleradas. Na semana passada, trafi-

cantes tomaram um ônibus e queimaram vivos os passageiros. Cinco pessoas que voltavam para casa morreram carbonizadas, entre elas uma menina de 2 anos. Doze pessoas ficaram feridas. Foi o 73º ataque de traficantes a ônibus no Rio de Janeiro neste ano. Nada foi feito antes para evitar esses ataques. Previsivelmente, nada será feito agora. Em um país civilizado, manifestações de crueldade e impunidade dessa magnitude derrubarão o prefeito, o governador, o ministro da justiça e o presidente. No Brasil, vai-se colocar a culpa na desigualdade de renda e tudo continuará na mesma. Se o crescimento descontrolado das favelas é um drama, a impunidade dos criminosos que elas escondem é uma tragédia.

O primeiro passo para entender a favelização é notar que o processo é secular e nunca foi enfrentado a sério. A favelização ocorreu no vácuo do Estado.” (...) (Ronaldo Franco e Ronaldo Soares. In: *O Drama do Populismo Urbano*, Revista Veja, 7 dez. 2005, p. 84)

2. Estado Paralelo Clássico

É no chamado Estado Paralelo Clássico, em virtual oposição aos objetivos restritivos dos grupos paraestatais (e, em certo aspecto, transestatais) típicos do século XXI, que se verifica a plena (e gradativa) substituição do Estado Oficial pelo novo Estado, com nítido e diferente matiz ideológico.

Além do caso clássico da Alemanha, destaca-se o exemplo do Vietnã onde, durante muitos anos, perdurou a existência de diversos grupos paraestatais (v. g. o movimento vietcong) atuando em confronto com o Estado Oficial do Vietnã do Sul, apoiado por um governo estrangeiro (EUA) que, por sua vez, encontrava-se constantemente ameaçado pelo Estado Oficial do Vietnã do Norte, o qual acabou, em 1975, por invadi-lo e unificá-lo, absorvendo não só os vietcongs como todos os demais grupos paramilitares e de guerrilha, expulsando os últimos soldados e assessores norte-americanos, e solidificando, assim, uma única e efetiva soberania política, caracterizando, desta feita, a construção (e a correspondente consolidação), em território geográfico e sobre o povo do antigo Vietnã do Sul, de um novo Estado gerador de uma nova e oficial normatividade jurídica, ainda que, neste caso particular, preexistente em Estado vizinho (o que a doutrina clássica costuma designar por transformação do Estado na modalidade de extinção (através de conquista ou incorporação), mesmo se considerarmos, na hipótese, a evidente identidade sócio-cultural de ambas as populações que se constituíram à época (como obviamente ainda se constituem) em um só povo e, conseqüentemente, em uma única Nação.

Livros que Amei

Os Sertões Euclides da Cunha

Extrato do livro
"As Maravilhas
do Conhecimento
Humano"
(Henry Thomas
– Ed. Globo – Porto
Alegre – RS – 1953)

Em Canudos, lugarejo dos sertões da Bahia, um grupo de fanáticos se reúne em torno de um tal Antônio Conselheiro, tido por aquelas gentes rudes e supersticiosas como um taumaturgo e um profeta.

O jovem engenheiro Euclides da Cunha faz parte, como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, da grande expedição militar que vai a Canudos vingar a morte de Moreira César e destruir o reduto dos fanáticos. Euclides da Cunha envia sua correspondência para o jornal, mas nada faz ainda prever que daquelas notas muitas vezes apressadas surgiria um dos livros máximos da literatura brasileira, obra que imortalizaria o seu autor.

Estuda a terra, isto é, o cenário em que se desenrolará o drama. Estuda o homem, isto é, o próprio personagem do drama. E descreve, por fim, todo o drama da destruição implacável do reduto dos fanáticos. Sua pena, como que estimulada pelo horror das cenas a que o jovem engenheiro assistira, entusiasmada pela heroicida-

de dos homens que lutavam naqueles sertões calcinados, traça com enorme vigor descritivo, com paixão, com ardor e desassombro, as linhas sangrentas do drama sombrio e vergonhoso. *Os Sertões* serão, como diz o crítico José Veríssimo, não apenas uma descrição brilhante dos homens e coisas do sertão, mas obra de "um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza como ao contacto do homem".

Os sertões comburidos do Nordeste tiveram nele o seu grande pintor e o psicólogo, que soube compreender a verdadeira alma daquela paisagem adusta e sofredora e a alma daquela gente, bronca sim, mas indômita e heróica.

Eis um trecho extraído de *Os Sertões*:

"TIPOS DÍSPARES: O JAGUNÇO E O GAÚCHO

O gaúcho do Sul, ao encontrá-lo nesse instante, sobrepô-lo-ia comiserado.

O vaqueiro do Norte é a sua antítese. Na postura, no gesto, na palavra, na índole e nos hábitos não há como equipará-los. O primeiro, filho dos planos sem fins, afei-





to às correrias fáceis nos pampas e adaptado a uma natureza carinhosa que o encanta, tem, certo, feição mais cavalheirosa e atraente. A luta pela vida não lhe assume o caráter selvagem da dos sertões do Norte. Não conhece os horrores da seca e os combates cruentos com a terra árida e exsicada.

O vaqueiro, porém, criou-se em condições opostas, em uma intermitência, raro perturbada, de horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias – tendo sobre a cabeça, como ameaça perene, o sol, arrastando de envolta, no volver das estações, períodos sucessivos de devastações e desgraças.

Atravessou a mocidade numa intercadência de catástrofes. Fez-se homem, quase sem ter sido criança. Salteou-o, logo, intercalando-lhe agruras nas horas festivas da infância, o espantinho das secas no sertão. Cedo encarou a existência pela sua face tormentosa. É um condenado à vida. Compreendeu-se envolvido em combate sem tréguas, exigindo-lhe imperiosamente a convergência de todas as energias.

Fez-se forte, esperto, resignado e prático.

Aprestou-se, cedo, para a luta.

O Gaúcho

O gaúcho, o pealador valente, é, certo, inimitável, numa carga guerreira; precipitando-se, ao ressoar estrí-dulo dos clarins vibrantes, pelos pampas, com o conto da lança enristada, firme no estribo; atufando-se loucamente nos entreveros; desaparecendo, com um grito

triumfal, na voragem do combate, onde espadanam cintilações de espadas; transmudando o cavalo em projétil e varanda quadrados e levando de rojo o adversário no rompão das ferraduras, ou tombando, prestes, na luta, em que entra com despreocupação soberana pela vida.

O Jagunço

O jagunço é menos teatralmente heróico; é mais tenaz; é mais resistente; é mais perigoso, é mais forte; é mais duro.

Raro assume esta feição romanesca e gloriosa. Procura o adversário com o propósito firme de o destruir, seja como for.

Está afeiçoado aos prélios obscuros e longos, sem expansões entusiásticas. A sua vida é uma conquista arduamente feita, em faina diuturna. Guarda-a como capital precioso. Não desperdiça a mais ligeira contração muscular, a mais leve vibração nervosa sem a certeza do resultado. Calcula friamente o pugilato. Ao “riscar da faca” não dá um golpe em falso. Ao apontar a lazarina longa ou o trabuco pesado, dorme na pontaria...

Se; ineficaz o arremesso fulminante, contrário enterreirado não baqueia, o gaúcho, vencido ou pulseado, é frágilimo nas aperturas de uma situação inferior ou indecisa.

O jagunço, não. Recua. Mas, no recuar é mais temeroso ainda. É um negacear demoníaco. O adversário tem, daquela hora em diante, visando-o pelo cano da espingarda, um ódio inextinguível, oculto no sombreado das tocaias...” ■

Reprodução de foto de Flávio de Barros, resultado da justaposição horizontal de dois negativos, dando uma visão de corpo inteiro da cidade de Canudos. É o único panorama existente dessa época





o Pai da Aviação



O balão "Brasil" se eleva lentamente, parecendo se preocupar em saldar os inumeráveis espectadores que o admiram

Fernando Hippolyto da Costa
Cel.-Av. Ref.

2ª
PARTE

Alberto Santos-Dumont

As Primeiras Viagens à Europa

Certo dia, à revelia dos seus parentes, ele conseguiu, no Catálogo Bottim, o endereço de um aeronauta. Visitando-o, comunicou-lhe o seu desejo de voar em balões. Como as condições apresentadas pelo referido aeronauta eram descabidas e onerosas, SANTOS-DUMONT desistiu do vôo, passando a dedicar-se ao automobilismo, em face de seu profundo interesse pela Mecânica.

A respeito do frustrado vôo, ele escreveu: *"Vieram-me à memória os conselhos de meu pai e os seus graves exemplos de sobriedade e economia. Ia eu gastar em algumas horas quase que a renda de um mês inteiro e, muito provavelmente, a renda de todo o ano! Desanimei de fazer uma ascensão. Era muito complicado..."*

O primeiro automóvel que o Pioneiro adquiriu foi um Peugeot, com motor de 3,5 HP. Aliás, SANTOS-DUMONT foi um dos primeiros clientes da Fábrica Peugeot. Possuiu, também, um Panhard, com o qual realizou um reide entre Paris e Nice, no tempo de 54 horas.

Em outra ocasião, comprou de Camille Jenatzy, famoso volante, um carro de corrida do tipo Mercedes. Nessa época, organizou, por iniciativa própria, uma corrida de triciclos motorizados, no Parque dos Príncipes, em Paris. Foi essa a primeira corrida no gênero, e o resultado foi bastante auspicioso: até prêmios foram por ele doados nessa competição.

Em 1897, quando estava no Rio de Janeiro efetuando compras em livrarias, SANTOS-DUMONT teve sua atenção despertada para uma obra escrita por dois famosos construtores de balões de Paris, os franceses HENRI LACHAMBRE e seu sobrinho ALEXIS MACHURON: *"Andrée, ao Pólo Norte, em balão"*.

O mencionado livro narrava, com detalhes, a construção do enorme balão destinado à expedição programada pelo explorador Andrée. Escreveu ele: *"Esse livro esclareceu-me melhor e decidi inabalavelmente minha resolução"*.

Entusiasmou-se novamente. Nessa terceira viagem à Europa, decidiu procurar os construtores do balão de Andrée.

O Primeiro Vôo

Chegado a Paris, procurou-os imediatamente, na oficina localizada na Rua Vaugirard. LACHAMBRE combinou o passeio em balão, sob o comando de MACHURON, ao preço de 250 francos. Esse vôo ocorreu em 23 de março de 1898.

A alegria e a emoção com que ficou possuído ao subir aos espaços, pela primeira vez, a bordo de um ba-



lão, são facilmente identificáveis por intermédio da minuciosa narração que SANTOS-DUMONT fez no seu livro *“Os Meus Balões”*, com referência a esse acontecimento marcante em sua vida. Eis como se expressou: *“Fiquei estupefato diante do panorama de Paris visto de grande altura. Durante toda a viagem, acompanhei as manobras do piloto; compreendia perfeitamente a razão de tudo quanto ele fazia. Pareceu-me que nasci mesmo para a aeronáutica. Tudo se apresentava muito simples e muito fácil, não senti vertigem, nem medo. E tinha subido”*.

Nesse primeiro vôo, o pouso foi efetuado a cerca de 100 quilômetros do ponto de partida (Parque de Aerostação de Vaugirard), no Castelo de La Ferrière, propriedade de Alfonse de Rothschild. O vôo durou quase duas horas. O regresso a Paris foi de trem, chegando os aeronautas às 18 horas e trinta minutos.

A partir daí, iria tornar-se um inventor de grande capacidade: de 1898 a 1909, planejou, construiu e experimentou mais de duas dezenas de criações suas, entre balões-livres, balões-dirigíveis e aviões (biplanos e monoplanos).

O Primeiro Balão: “Brasil”

Entusiasmado com as emoções do seu primeiro vôo, SANTOS-DUMONT conseguiu de LACHAMBRE permissão para efetuar outras ascensões em espetáculos públicos, substituindo o construtor. Este, demonstrando sua inteira confiança no aprendiz, permitiu-lhe realizar, aproximadamente, trinta ascensões em balões esféricos, tanto na França como na Bélgica, voando inteiramente só.

Esse período foi, portanto, de um útil aprendizado para SANTOS-DUMONT, que, sentindo-se já familiarizado com os vôos, concluiu que poderia construir o seu próprio balão. Seria, ao mesmo tempo, piloto e proprietário. Voaria quando desejasse.

Depois de muitos dias de cálculos, levou seu projeto para que LACHAMBRE e MACHURON construíssem o balão, mas os dois se opuseram, alegando as diminutas proporções previstas. Por fim, acabaram cedendo ante a sólida argumentação do jovem projetista, embora ainda duvidando do êxito. É que, naquela época, os balões existentes variavam de 500 até 2.000 m³ de capacidade, enquanto aquele calculado por SANTOS-DUMONT teria um volume de apenas 113 m³.

A primeira ascensão do *“Brasil”* foi em 4 de julho de 1898, no Jardim da Aclimação (ou Jardim da Aclimação, como narram outros), causando verdadeiro assombro. Foi o único balão que recebeu nome; os demais que se seguiram, assim como os dirigíveis ou aviões concebidos posteriormente, foram designados simplesmente por números.

O *“Brasil”* era um balão muito dócil, facilmente manejável em vôo. Apresentava um volume de 113 m³, com diâmetro de apenas seis metros. A seda japonesa, pela

primeira vez utilizada em aerostação, pesava somente 3.500 gramas, porém envernizada, chegou a pesar 14 quilos. A rede envolvente e as cordas de suspensão pesavam 1.800 gramas; a *“nacelle”* (rústica cesta de vime) não ia além de seis quilos, e o cabo-pendente, de oito quilos, era nada mais que um cabo-sonda, muito fino, com 100 metros de comprimento.

Para a amarragem do balão havia também um pequeno arpão de apenas três quilos. A fim de proporcionar maior estabilidade a tão pequeno balão, SANTOS-DUMONT modificou o centro de gravidade, fazendo alongar as cordas de suspensão da *“nacelle”*.

Ele sempre deu muito valor à leveza, em todos os detalhes: a seda japonesa pesava somente 30 gramas por metro quadrado e, submetida à prova do dinamômetro, suportava uma tensão calculada em 700 quilos por metro linear.

A preocupação com a leveza parecia referir-se até ao próprio piloto do balão, já que ele, de compleição franzina, pesava apenas 50 quilos!

O *“Brasil”* tinha força ascensional para suspender facilmente SANTOS-DUMONT, acrescido do lastro de areia de 30 quilos. Mas o inventor chegou a utilizar, por vezes, apenas cinco quilos de lastro, procedimento inédito à época. O gás empregado foi o hidrogênio.

Sendo de proporções diminutas e, conseqüentemente, de pouco peso, não havia muito problema para transportar o balão, o que levou à idéia de que SANTOS-DUMONT o carregava numa maleta, conforme mostrado numa famosa caricatura da época, de autoria de *“Sem”* (pseudônimo de George Gousart), o qual tornou-se um grande amigo do brasileiro.

Anos após, o próprio inventor escreveu, um verso em homenagem à sua primeira invenção:

“O meu primeiro balão

O menor

O mais lindo

O único que teve um nome: Brasil.” ■



Panhard



Vis-à-vis



Santos-Dumont, muito habilmente, colocou a nacelle proporcionalmente estendida sob o balão, aumentando as cordas de suspensão, a fim de obter uma excelente estabilidade, pois sem que isso fosse feito, poderia provocar um desastre, tendo em vista o volume reduzido do balão



Base Aérea

A Base Aérea de Santos está localizada, atualmente, na Vila da Bocaina, ao lado de Vicente de Carvalho (Itapema), no Município de Guarujá, na Ilha de Santo Amaro, no litoral do Estado de São Paulo.

Limites: Ao N e NNE, com o Canal Bertogoa; a E com o Rio Acarau; ao SSW com Vicente de Carvalho; e a W pelo Canal de Santos.

Coordenadas: Latitude 23° 56' S; Longitude 46° 19' W; Altitude 2,55m (nível do mar).

Mas, nem sempre, foi assim. Sua caminhada, através do tempo, registra a abnegação de muitos insígnies personagens de nossa História. Citemos, por exemplo, as proezas aéreas dos notáveis pilotos franceses EDMUNDO PLAUCHUT e ROLAND GARROS e do destemido aviador brasileiro EDU CHAVES.

Aquela região foi, também, palco dos grandes “raids” aéreos através dos mares. Vinte e sete de fevereiro de 1927 marca a chegada do hidroavião Santa

Maria, sob o comando do “Ás” italiano MARQUÊS DE PINEDO, concretizando a terceira travessia do Atlântico Sul. Em 28 de julho do mesmo ano, a amerissagem do hidroavião Jahú, comandado pelo aviador JOÃO RIBEIRO DE BARROS, que também havia atravessado o Atlântico.

O precursor do estabelecimento daquela estrutura foi o Capitão-Tenente-Aviador-Naval VIRGINIUS BRITO DE LAMARE (outubro de 1919), o qual, apresentou ao Governo do Estado de São Paulo os planos para a construção de uma base de hidroaviões na terra de BARTHOLOMEU DE GUSMÃO, o *Padre Voador – Precursor da Navegação Aérea*

Após janeiro de 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica, durante fases distintas, suas ins-





de Santos

*Síntese do Livro
"Base Aérea de Santos",
de José Muniz Jr.,
edição de 2001.*

talações denominaram-se, sucessivamente, BASE AÉREA DE SANTOS, DESTACAMENTO DE BASE AÉREA, NÚCLEO DE INSTRUÇÃO E EMPREGO DE HELICÓPTEROS, CENTRO DE INSTRUÇÃO DE HELICÓPTEROS e ALA 435, sendo, finalmente, reativada como BASE AÉREA em 1979, quando passou a apoiar o recém-criado 1º ESQUADRÃO do 11º GRUPO DE AVIAÇÃO.

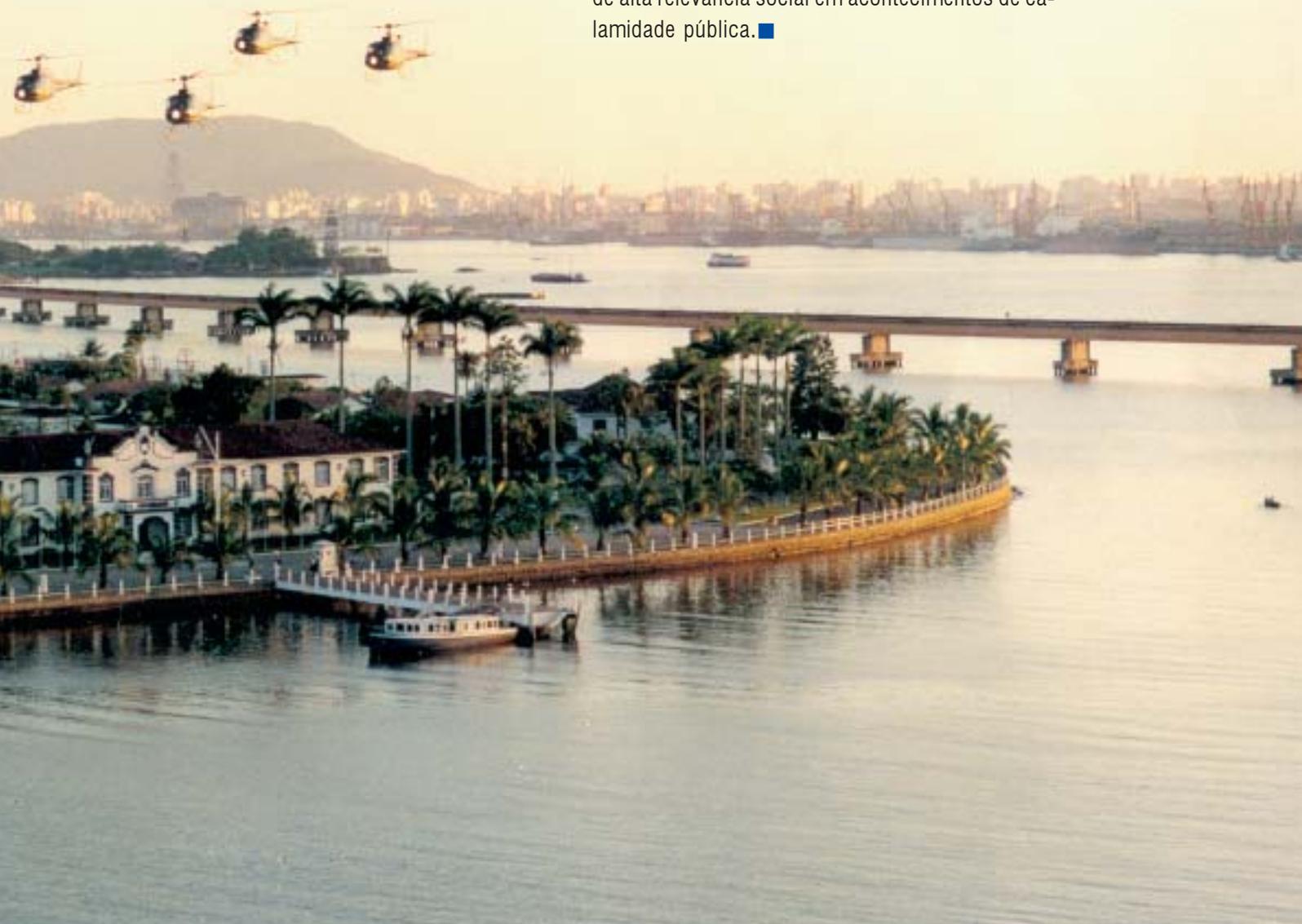
Durante seus quase 83 anos, desde 22 de outubro de 1922, quando foi lançada a sua pedra fundamental, numa área do Sítio de Conceiçãozinha, à beira-mar, na Ilha de Santo Amaro, para a instalação do futuro Núcleo de Defesa Aérea do Litoral e do Porto de Santos, aquela Base esteve na pauta de mudanças do local original, para várias localidades do País.

Todos os projetos de mudanças, no entanto, por

pressão da população local e de autoridades civis, foram retroagidos. Foi um apoio fraterno das comunidades que a cercam: Guarujá, Santos, São Vicente, Praia Grande e Cubatão. A única mudança expressiva deveu-se, unicamente, à transformação de jurisdição. O antigo distrito de Paz de Guarujá foi elevado à categoria de Estância Balneária de Guarujá, substituindo a jurisdição do Município de Santos. Mas a denominação de Base Aérea de Santos permaneceu.

Hoje, mercê a ampliação da Base, constitui-se de todo o bairro de Bocaina, entre o Canal de Santos, o Bairro do Itapema (hoje Vicente de Carvalho) e os terrenos da Unidade.

Esta Unidade do Comando da Aeronáutica se reveste de elevada importância, inclusive por suas ações de SAR, COMBATE-SAR, bem como ações de alta relevância social em acontecimentos de calamidade pública. ■



Carnaval 2006

Sugestão de fantasia: "Eleitor"



Ivo Batalha Cel.-Av.-R1
02-06